

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM LINGUÍSTICA**

**A fórmula “liberdade de expressão”:
relações de poder e opinião no discurso midiático**

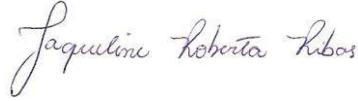
Relatório Final – Iniciação Científica

Processo: 2013/14801-5

**Aluna: Jaqueline Roberta Ribas
(4º ano, Bacharelado em Linguística, UFSCar, São Carlos – SP)**

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado

Departamento de Letras



São Carlos

2014

Sumário

RESUMO DO PLANO INICIAL:	3
RESUMO DO QUE FOI REGISTRADO NO RELATÓRIO PARCIAL:.....	5
Objetivos específicos.....	6
RESUMO DO QUE SE REGISTRA NO RELATÓRIO FINAL.....	6
Participação em atividades acadêmicas:	7
Participação em Grupo de Pesquisa:.....	7
DESENVOLVIMENTO DO RELATÓRIO FINAL	8
CORPUS	17
ANÁLISE DOS DADOS.....	22
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
SOBRE O DESEMPENHO ACADÊMICO E OUTRAS ATIVIDADES	43
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS	44

RESUMO:

Apresentaremos aqui o Relatório Final do Projeto de Iniciação Científica que tem como objetivo compreender a circulação do sintagma "liberdade de expressão" no discurso midiático, tomando como referência os atuais debates sobre o Marco Regulatório da Comunicação no Brasil, tendo como base o quadro teórico da Análise do Discurso de orientação francesa e mobilizando o conceito de *fórmula discursiva* proposto por Alice Krieg-Planque (2009, 2010). Considerando a expressão reiterada nos debates sobre a regulamentação da comunicação brasileira fazemos a hipótese de que se trata de uma fórmula: um território de aparente consenso que abriga confrontos históricos. Há uma única fórmula em circulação reivindicada por pelo menos duas posições discursivizadas, em que o sintagma é enunciado como “necessidade de regulamentação” ou “nenhuma regulamentação”. A partir disso, identificamos como esse sintagma circula ganhando dimensão midiática e explicitando "relações de poder e opinião".

Palavras-chave: fórmula discursiva, liberdade de expressão, marco regulatório da comunicação.

RESUMO DO PLANO INICIAL

A seguir, esboçaremos um resumo do Plano Inicial de nossa proposta de pesquisa, apresentada como requisito para a concessão da bolsa de Iniciação Científica FAPESP.

O presente trabalho se detém na observação da circulação do sintagma “liberdade de expressão” na tessitura discursiva, fazendo e refazendo nós de uma polêmica instituída há décadas: a proposta de adoção de medidas reguladoras sobre os meios de comunicação no Brasil.

A adoção de um Marco Regulatório da Comunicação¹ gera debates efervescentes por todo o país. De um lado, estão os movimentos sociais que desejam estabelecer um novo funcionamento na comunicação brasileira e acreditam que a regulamentação permite equanimidade no acesso e na produção de conteúdos comunicacionais, assim, o sintagma “liberdade de expressão” se põe como a favor à regulamentação, vista como democratizante. De outro lado, estão aqueles que acreditam que regulamentar é um passo

¹ Cf. Relatório Parcial, pp. 23 - 26.

para coibir, de modo que o sintagma “liberdade de expressão” é posto como contrário à regulamentação, que é homologada com censura.

Mobilizando o conceito de fórmula discursiva² proposto por Alice Krieg-Planque (2009, 2010), consideramos a expressão reiterada nos debates partindo da hipótese de que se trata de uma fórmula.

Segundo os pressupostos teóricos desenvolvidos pela autora, uma fórmula discursiva caracteriza-se por quatro propriedades fundamentais: 1. ser um sintagma cristalizado; 2. se instaurar em uma dimensão discursiva; 3. funcionar como referente social; e 4. comportar um aspecto polêmico. É importante ressaltar que o êxito dessa pesquisa não está centrado na constatação do status de fórmula do sintagma, mas na condução de um raciocínio apoiado em um percurso metodológico que permite analisar as relações entre o material linguístico e os meios em que circula.

Tomamos como ponto de partida desta pesquisa um levantamento de ocorrências da unidade linguística “liberdade de expressão” nos portais das revistas semanais *Veja* e *Carta Capital*, considerando que essas revistas partilham de um mesmo espaço de circulação – o do jornalismo de semanários – e se põem como ideologicamente antagônicas. Além disso, levantamos ocorrências do sintagma na *blogosfera*, levando em consideração o blog da campanha popular *Para expressar a liberdade* e o portal do *Instituto Millenium*, procurando identificar questões políticas e sociais cristalizadas na circulação do sintagma.

Os debates sobre a regulamentação da mídia intensificaram-se após a I CONFECOM (Conferência Nacional de Comunicação) realizada de 14 a 17 de dezembro de 2009, coordenada pelo Ministério das Comunicações, que culminou na campanha *Para expressar a liberdade* e na construção do Projeto de Lei de iniciativa popular que visa regulamentar o que diz a Constituição de 1988 em relação às rádios e televisões brasileiras.

A campanha popular “*Para expressar a liberdade – Uma nova lei para um novo tempo*”³ é uma proposta do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) que nasceu da mobilização de dezenas de entidades do movimento social brasileiro que se reuniram em São Paulo, no dia 04 de maio de 2012, no Seminário Desafios da Liberdade de Expressão promovido pelo FNDC. A campanha aglutina diversos setores da sociedade civil, sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais que

² Cf. Relatório Parcial, pp. 8 - 13.

³ Cf. Relatório Parcial, pp. 26 - 31.

pretendem aprofundar o debate sobre a “liberdade de expressão” como um direito de todos e a necessidade de um marco que regulamente a comunicação.

Entre as prioridades do projeto de regulação da comunicação, estão o combate aos monopólios e à propriedade cruzada, a defesa do conteúdo nacional, da diversidade regional e da produção independente.

Acompanhando a circulação do sintagma “liberdade de expressão” nessa tessitura discursiva, identifica-se que diferentes opiniões e sentidos o engendram, condicionando os que o proferem a lugares demarcados positiva ou negativamente, numa escala de avaliações que se movimenta historicamente, conforme se organiza o rumor público. Diferentes posições ideológicas que se constroem conforme o lugar de enunciação.

RESUMO DO QUE FOI REGISTRADO NO RELATÓRIO PARCIAL:

Os seis primeiros meses de pesquisa, de 10 de setembro de 2013 a 10 de fevereiro de 2014, foram dedicados às seguintes atividades:

- aprofundamento teórico com leituras coletivas no âmbito do Grupo de Pesquisa Comunica – inscrições linguísticas sobre comunicação (ANEXO II);
- levantamento e coleta de ocorrências do sintagma nos portais das revistas *Veja* e *Carta Capital*, do *Instituto Millenium* e da campanha *Para expressar a liberdade*;
- início da constituição e organização do corpus de análise;
- reflexão sobre o sintagma “liberdade de expressão” no Brasil;
- detalhamento da proposta de adoção do Marco Regulatório da Comunicação e da campanha *Para expressar a liberdade – uma nova lei para um novo tempo*;
- reflexão sobre as ferramentas de busca e o funcionamento do buscador *Google Search*;
- enquadramento do sintagma “liberdade de expressão” nas propriedades de *fórmula discursiva*;
- esboço de análise;
- participação em eventos com apresentação de trabalho na modalidade “pôster”.

Nessa etapa, refletimos sobre como o sintagma “liberdade de expressão” se enquadra nas propriedades de fórmula discursiva propostas por Krieg-Planque (2009,

2010)⁴, observamos o ponto de articulação entre a organização linguística e o lugar de sua produção, que por definição é historicamente constituído.

Detectamos com base no quadro teórico-metodológico como as fórmulas incidem sobre os discursos midiáticos contemporâneos e, ao mesmo tempo, nos permitem constatar que esse é um dos lugares preferenciais de instauração do rumor público.

No Relatório Parcial, comprovamos a hipótese inicial de que as revistas *Veja* e *Carta Capital* se posicionam antagonicamente perante as discussões da regulamentação da mídia⁵. A primeira enxerga a instauração de um Marco Regulatório da Comunicação como “censura”, a segunda como “democratizante. Dessa maneira, o sintagma “liberdade de expressão” é enunciado como “nenhuma regulamentação” e “necessidade de regulamentação”. Também detectamos a analogia entre os discursos da revista *Veja* com o do *Instituto Millenium*, e da revista *Carta Capital* com o da campanha *Para expressar a liberdade*.

Objetivo Geral

- Estudar a dinâmica da comunicação de massa na era digital e observar as relações de poder e opinião no discurso midiático.

Objetivos específicos

- Examinar os sentidos atribuídos ao sintagma “liberdade de expressão” no discurso midiático, considerando derivas e desdobramentos como “liberdade de imprensa”;
- Identificar as questões políticas e sociais em jogo na cristalização do referido sintagma;
- Explorar a recente proposta teórico-metodológica de Alice Krieg-Planque para o estudo do discurso político e o midiático.

RESUMO DO QUE SE REGISTRA NO RELATÓRIO FINAL

⁴ Cf. Relatório Parcial, pp. 41 - 52.

⁵ Cf. Relatório Parcial, pp. 31 - 35.

Esta segunda etapa do Projeto de Iniciação Científica corresponde ao Relatório Final e registra as seguintes atividades, em continuidade ao que foi apresentado no Relatório Parcial:

- Inserção de novo aporte teórico;
- Constituição e organização do corpus;
- Análise dos dados;
- Reflexões sobre resultados;
- Considerações finais.

Participação em atividades acadêmicas:

- Colóquio da Associação Latino-americana de Estudos do Discurso (ALED BRASIL), realizado na UFSCar, em São Carlos, nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2014, com apresentação de trabalho na modalidade pôster (ANEXO III); o painel segue anexado em — elaborar relatório científico — outros documentos na plataforma SAGE;
- 62º Seminário do GEL (Grupo de Estudos Linguísticos), realizado na Unicamp, em Campinas, nos dias 30 de junho, 01, 02 e 03 de julho, com apresentação de trabalho na modalidade pôster (ANEXO IV); o painel segue anexado em — elaborar relatório científico — outros documentos na plataforma SAGE;

Participação em Grupo de Pesquisa:

O grupo de estudos *COMUNICA – inscrições linguísticas na comunicação*, que existe desde 2010, deu origem, em setembro de 2012, ao Grupo de Pesquisa Comunica – inscrições linguísticas na comunicação (UFSCar/CNPq). Entre minhas atribuições, além do desenvolvimento do Projeto de Iniciação Científica partilhado com o grupo, estão leituras bibliográficas e apresentação de pôster em eventos.

Desse modo, progredindo no desenvolvimento da pesquisa, aprofundaremos as análises feitas até aqui, a partir do quadro teórico-metodológico apresentado no Relatório Parcial, detalhando o novo aporte teórico.

DESENVOLVIMENTO DO RELATÓRIO FINAL

Para o desenvolvimento do Relatório Final, julgamos pertinente a incorporação da proposta teórica do linguista Dominique Maingueneau desenvolvida no livro *Gênesis dos Discursos* (2005). Com a mobilização do conjunto de conceitos apresentado pelo autor, faz-se possível a observação de posicionamentos e sentidos antagônicos engendrados no discurso midiático quando o sintagma “liberdade de expressão” circula nos debates sobre a regulamentação da comunicação brasileira.

Gênesis dos Discursos (2005) articula, no nível do discurso, elementos fundamentais para o desenvolvimento das análises dos dados desta pesquisa de Iniciação Científica como “enunciado e enunciação, linguagem e contexto, fala e ação, instituição linguística e instituições sociais” (MAINGUENEAU, 2005, pp. 24-25).

Maingueneau (2005, p.15), no quadro dos estudos do discurso, considera os discursos como “uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas”, e os define como “integralmente linguísticos e integralmente históricos” (MAINGUENEAU, 2005, p.16).

De acordo com o estudioso, as unidades do discurso:

(...) constituem, com efeito, sistemas significantes, enunciados, e, nesse sentido, têm a ver com uma semiótica textual; mas eles também têm a ver com a história que fornece razão para as estruturas de sentido que elas manifestam. (MAINGUENEAU, 2005, p. 16).

Os discursos são objetos que se constituem por meio de uma dupla restrição: a do dizível da língua e do dizível num dado tempo-espacó histórico. Maingueneau (2005) procura articular o funcionamento discursivo e sua inscrição histórica, buscando pensar as condições de uma “enunciabilidade” possível de circunscrever historicamente, e procura compreendê-los através do interdiscurso.

De acordo com Maingueneau (2005, p. 21), “o interdiscurso tem precedência sobre o discurso”. Isso significa propor que a unidade pertinente à análise não é o discurso, e sim um espaço de trocas entre vários discursos. O estudo de um discurso, especificamente, supõe que ele está posto em relação com outros, dessa forma:

A análise do discurso supõe a colocação conjunta de vários textos, dado que a organização do texto tomado isoladamente não pode remeter senão a si mesmo (estrutura fechada) ou à língua (estrutura infinita). (MAINGUENEAU, 2005, p.21)

O autor ressalta a importância de explicitar a “semântica global” dos discursos, rejeitando o fato de que eles tenham uma base “invisível” e uma camada que se mostra. Considerando-os como apoiados concomitantemente em várias dimensões, Maingueneau rejeita a concepção “estática” e arquitetural do discurso, “ele não é um sistema de ‘ideias’, nem uma totalidade estratificada” (MAINGUENEAU, 2005, p.19), que podemos separar mecanicamente, mas sim um sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação.

Os discursos não se constituem independentemente um dos outros, eles se formam de maneira regular no interior de um interdiscurso. Todo discurso é finito na medida em que repousa sobre partilhas iniciais, que não tomariam forma sobre um espaço semântico diferenciado.

O caráter constitutivo da relação interdiscursiva possibilita o aparecimento da interação semântica entre os discursos, com um processo de *intercompreensão regrada*. Cada discurso introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados na categoria do Mesmo, essa relação se dá sempre sob a fórmula do “simulacro” que dele constrói.

Quando consideramos o espaço discursivo como rede de interação semântica, definimos o processo de *intercompreensão generalizada*, a própria condição de possibilidade das diversas posições enunciativas; manifestadas no fato de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um único movimento, funda o desentendimento recíproco.

Cada discurso é constituído por um conjunto de semas divididos de dois modos: de um lado, os semas “positivos”, reivindicados; de outro, os semas “negativos”, rejeitados.

De acordo com o pesquisador, a relação polêmica, longe de ser o reencontro de dois discursos que teriam se instituído de maneira independente um do outro, é a manifestação de uma incompatibilidade radical, a mesma que permitiu a formação do discurso. O conflito está inscrito nas próprias condições de possibilidade dos discursos, a identidade de um discurso coincide com a rede de *intercompreensão regrada* na qual ela está inserida.

Para conseguir dar conta de compreender essa dinâmica do interdiscurso, Maingueneau (2005) postula a existência de um *sistema de restrições semânticas globais*, que deve ser compreendido como um modelo de *competência interdiscursiva*. Esse

caráter global se manifesta pelo fato de que a semântica restringe simultaneamente o conjunto dos “planos” discursivos: o vocabulário, os temas, a intertextualidade ou as instâncias da enunciação.

O discurso não deve ser definido apenas como um conjunto de textos, mas como uma *prática discursiva*. O sistema das restrições semânticas vai além do enunciado e da enunciação e permite que os textos se tornem comensuráveis na “rede institucional” de um “grupo”, o qual a enunciação discursiva ao mesmo tempo supõe e torna possível.

Segundo Maingueneau (2005), a prática discursiva não define somente a unidade de um conjunto de enunciados, pode também ser considerada como uma *prática intersemiótica* que integra produções que pertencem a outros domínios semióticos. O sistema de restrições semânticas não implica uma dissociação entre prática discursiva e outras séries de seu ambiente sócio-histórico, ele permite que nos aprofundemos na inscrição histórica dos discursos que se entrecruzam em diversos sentidos, e multiplicam-se em várias dimensões.

A hipótese do *primado do interdiscurso* valoriza a heterogeneidade discursiva. O interdiscurso é posto como anterior e constitutivo do discurso. Nesse sentido, os discursos não existem previamente e são posteriormente colocados em relação - seja ela de aliança ou polêmica – eles nascem nos emaranhados da rede discursiva.

Em Maingueneau (2005, p. 33) o autor postula que os linguistas precisam encarar a heterogeneidade enunciativa, pois a partir dela são levados a distinguir duas formas de presença do “Outro” no discurso: a heterogeneidade “mostrada” e a heterogeneidade “constitutiva”, que, de acordo com ele assim se configuram:

(...) a primeira é acessível aos aparelhos linguísticos, na medida em que permite apreender sequências delimitadas que mostram claramente sua alteridade (discurso citado, auto-correções, palavras entre aspas etc ...). A segunda, ao contrário, não deixa marcas visíveis: as palavras, os enunciados de outrem estão tão intimamente ligados ao texto que não podem ser apreendidos por uma abordagem linguística *scrito sensu*. (MAINGUENEAU, 2005, p. 33).

No capítulo em que apresenta o *primado do interdiscurso*, o autor desenvolve os conceitos de *universo discursivo*, e *espaço discursivo*. Ele chama de “universo discursivo” o “conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (MAINGUENEAU, 2005, p. 35). Não se trata,

portanto, de uma unidade de análise, mas de um postulado, sobre o qual se assentam os recortes cabíveis na operacionalização de uma análise.

O “campo discursivo” é compreendido como um “conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2005, p. 35). O “espaço discursivo” é definido como “subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevantes para seu propósito colocar em relação” (MAINGUENEAU, 2005, p. 37), ou seja, os espaços discursivos são estabelecidos pelo analista através do conhecimento de campo e hipótese de pesquisa a ser confirmada durante a análise.

O “espaço discursivo” está ligado à relação polêmica entre duas formações discursivas, o que claramente ocorre entre os objetos estudados por Maingueneau: o humanismo devoto e o jansenismo. Em nosso trabalho, isso também é nítido já que a circulação do sintagma “liberdade de expressão” se dá na polêmica de dois posicionamentos fortemente opostos e delimitados: “não regulamentação” e “necessidade de regulamentação”, emitidos por duas formações discursivas antagônicas.

A hipótese do *primado do interdiscurso* inscreve-se na perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, o Mesmo do discurso e o seu Outro unidos por uma relação amarrada, sem possibilidade de dissociação.

Ao abordar o conceito de *competência discursiva*, Maingueneau ressalva que a utilização do termo “competência” não tem o mesmo sentido ao ser utilizado por Chomsky. Diante disso, a autor faz a seguinte reflexão:

(...) Chomsky associou à competência (entendida como o conhecimento intuitivo que um locutor nativo tem de sua língua, a capacidade de produzir e interpretar um número infinito de sentenças gramaticais inéditas) um pano de fundo epistemológico muito duvidoso, em particular o inatismo das estruturas linguísticas, ligado à existência de um órgão mental, a “gramática”, inscrito no código genético. (MAINGUENEAU, 2005, p. 50).

Já em Maingueneau (2005, p. 51), uma *competência discursiva* integra o histórico à noção de competência e permite ampliar “aquilo que pode ser dito” do que “foi efetivamente dito” a partir da semântica de uma formação discursiva, além de permitir que os sujeitos incorporem os seus discursos. Assim, a noção de *competência discursiva* foi mal compreendida por alguns estudiosos na metade dos anos 1980. Eles apontavam incompatibilidade entre uma competência ser cognitiva e também histórica. De acordo

com Maingueneau (2005), o princípio de uma *competência discursiva* permite esclarecer a articulação do discurso e a capacidade dos sujeitos de interpretar e produzir enunciados decorrentes dele. A mobilização do conceito de *competência discursiva* trata:

(...) de dar conta de regularidades interdiscursivas historicamente definidas, e não de descrever uma semelhança entre trajetórias biográficas dos indivíduos que formam o conjunto dos enunciadores efetivos de tal ou tal discurso, mesmo se esses dois aspectos são, com justiça, frequentemente associados pelos historiadores. (MAINGUENEAU, 2005, p. 58).

O pesquisador aponta o discurso como um “sistema de restrições globais”, analisado e observado como um todo, sem que haja hierarquização. Tal pressuposição funda-se sobre o princípio teórico de uma *semântica global*. De acordo com Maingueneau:

Um procedimento que se funda sobre uma semântica “global” não apreende o discurso privilegiando tal ou tal de seus “planos”, mas integrando-os a todos, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação. (MAINGUENEAU, 2005, p. 79).

Maingueneau (2005) rejeita a “arquitetura” do discurso que procura distinguir o fundamental do superficial, o essencial do acessório, pensando a discursividade como um sistema que investe o discurso na multiplicidade de suas dimensões.

O primeiro elemento da *semântica global* analisado por Maingueneau na obra ora em tela é a “intertextualidade”, que define como e quais textos são enunciados por determinadas formações discursivas. O autor adverte que:

Distinguir-se-á o *intertexto* de um discurso (o conjunto de fragmentos que ele cita efetivamente) de sua *intertextualidade* (isto é, dos tipos de relações intertextuais que a competência discursiva define como legítimas). (MAINGUENEAU, 2005, p. 81).

Maingueneau também se detém em elementos preciosos como o “vocabulário”, “os temas”, “o estatuto do enunciador e do destinatário”, “dêixis enunciativa”, “modo de enunciação” e “modo de coesão”. Esses elementos influenciam e compõem a semântica global dos discursos, o que nos faz rejeitar a concepção de que o discurso é um “sistema de ideias”.

O autor analisa o processo de *intercompreensão regrada* na relação de discursos antagônicos e retoma a *competência discursiva* como *interdiscursiva*. De acordo com ele, quando consideramos um espaço discursivo como rede de interação semântica, definimos um processo de *intercompreensão generalizada*, a própria condição de possibilidade de diversas posições. Cada discurso é delimitado por uma grade semântica, definida pela formação discursiva, que em um mesmo movimento funda o desentendimento recíproco, pois:

(...) não há dissociação entre o fato de enunciar em conformidade com as regras de sua própria formação discursiva e de “não compreender” o sentido dos enunciados do Outro; são duas facetas do mesmo fenômeno. (MAINGUENEAU, 2005, p. 103).

Os discursos reposam sobre um conjunto de semas repartidos: de um lado, os semas “positivos”, reivindicados; de outro, os semas “negativos”, rejeitados. A *polêmica como interincompreensão* é formulada por meio do conceito de “simulacro”, que seria uma tradução, em um discurso, de um valor do seu discurso oponente. Essa tradução não acontece de maneira aleatória, ela segue a semântica global do *discurso-agente* (aquele que se concentra em posição de tradutor) para ler as práticas do *discurso-paciente* (aquele que é traduzido). Um discurso só consegue apreender o outro por meio de “simulacros”, ou seja, traduções dos valores do outro em suas próprias categorias de semânticas, isto é da semantização que define um posicionamento.

Diante do seu antagonista, o discurso tem possibilidade de recusá-lo através da “exclusão polêmica simples” ou de incorporá-lo em sua grade semântica, por meio da “integração do discurso do outro”. Os discursos analisados por Maingueneau operam de maneira distinta, o jansenista opta pela “exclusão polêmica simples” do seu opositor, o humanista devoto. Já este tem a tendência de aceitar a existência do discurso jansenista, tem a disposição de “integrar o discurso do outro”, o que só não ocorre plenamente pela recusa dos jansenistas.

A semântica dos discursos comanda a maneira pela qual eles polemizam, em sentido estrito, articulando-a sobre a dupla interincompreensão que atravessa o espaço discursivo. Segundo Maingueneau:

A polêmica aparece como uma espécie de homeopatia pervertida: ela introduz o Outro em seu recinto para melhor conjurar sua ameaça, mas esse Outro só entra anulado enquanto tal, simulacro. Ela mantém, pois, um duplo laço com o simulacro: pelo fato de que ela mesma é apenas um simulacro de guerra, como

o indica seu nome, uma guerra de papel, e pelo fato de que ela não cessa de traduzir o Outro em seu próprio simulacro. (MAINGUENEAU, 2005, p. 113).

A polêmica é necessária porque sem a relação com o Outro, a identidade do discurso correria o risco de desfazer-se. O discurso não escapa à polêmica tanto quanto não escapa à interdiscursividade para constituir-se.

Nesse momento, Maingueneau (2005) concebe o discurso como uma “unidade acrônica”, a associação de uma competência e de um intertexto, e a interação polêmica exerce papel fundamental na produção da superfície discursiva.

Desenvolvendo o conceito *Do discurso à prática discursiva*, a análise deixa de ser estritamente verbal e engloba a análise das práticas discursivas, do institucional. Maingueneau (2005) analisa o espaço institucional na constituição do discurso, ele não considera a instituição anterior ou exterior ao discurso, mas sim como parte constitutiva da prática discursiva, assim como os enunciados.

De acordo com o autor, “a passagem de um discurso a outro é acompanhada de uma mudança na estrutura e no funcionamento dos grupos que gerem esses discursos” (MAINGUENEAU, 2005, p.125). Não são as mesmas organizações que se desenham em um ou outro caso, nem os mesmos protagonistas. Maingueneau (2005) postula a hipótese de que essas divergências podem ser analisadas através do sistema de restrições, e que ela se conecta com o espaço discursivo. Para ele a imbricação de um discurso e de uma instituição é uma ideia que tem tendência a prevalecer cada vez mais, e procura:

(...) articular discurso e instituições através de um sistema de restrições semânticas comuns, nosso projeto supõe, evidentemente, a rejeição de uma concepção sociológica “externa”. É a própria possibilidade dessa articulação que nos interessa, e não a instituição a si mesma. Se for constatado que a mudança de dominação discursiva num campo é acompanhada também de uma mudança correlativa dos espaços institucionais, e que tal mudança é pensável em termos de semântica global, isso significa que também nesse nível não há transformação gradual dos enunciadores de um discurso em enunciadores de um outro discurso passando por uma série de microevoluções, mas substituição do conjunto de uma população de enunciadores, de uma rede de produção-difusão... de um certo tipo por outro. (MAINGUENEAU, 2005, p.127).

Segundo Maingueneau (2005), quando considera-se a posição institucional, deve-se levar em consideração a instância da embreagem entre a discursividade e sua inscrição institucional: o tom, a incorporação dos enunciadores e dos protagonistas, seu temperamento não são somente realidades textuais, funcionam também como modelo de interação no interior das comunidades.

A organização dos homens aparece como um discurso em ato, enquanto que o discurso se desenvolve sobre as próprias categorias que estruturam essa organização. Os aspectos institucionais na produção e consumo dos enunciados devem ser tratados como fenômenos separados da realização material dos discursos, como se estivessem previamente organizados, possibilitando a existência dos enunciados. Maingueneau é claro ao dizer que:

(...) não há, antes, uma instituição, depois uma massa documental, enunciadores, ritos genéticos, uma enunciação, uma difusão e, enfim, um consumo, mas uma mesma rede que rege semanticamente essas diversas instâncias. (MAINGUENEAU, 2005, p. 142).

Um texto pode ser objeto de *modos de difusão* variados e não se pode colocar uma exterioridade entre esse aspecto e o seu próprio conteúdo. A rede institucional desenha uma rede de difusão, as características de um público são indissociáveis do estatuto semântico que o discurso se atribui.

O *modo de difusão* segue de mãos dadas com o *modo de consumo* do discurso, isto é, como se “faz” os textos, como eles são lidos, manipulados, recebidos, etc.

Outro conceito importante postulado neste capítulo é o de *faz discursiva*, isto é, a forma como uma determinada formação discursiva tenta regular o “uso” de seus enunciados e práticas, buscando controlar a deriva dos sentidos. Dessa forma, Maingueneau (2005) define o seu objeto não como o discurso, mas como a *prática discursiva*, que para um discurso dado regula a localização institucional das diversas posições que pode ocupar o sujeito da enunciação.

De acordo com o pesquisador, *uma Prática Intersemiótica*, é a produção discursiva não-verbal como a das artes plásticas, da dança, da música, dos objetos, etc. O autor amplia a proposta de ver o discurso como prática, realizando uma análise para além das palavras.

A proposta de Maingueneau o leva a não restringir a validade do sistema de restrições semânticas de um discurso ao domínio textual. Desde o início, apresenta um modelo da formação discursiva como um “sistema de restrições” que recai sobre as organizações de sentido e não com uma gramática destinada a engendrar enunciados. Segundo o autor:

Limitar o universo discursivo unicamente aos objetos linguísticos constitui sem dúvida alguma um meio de precaver-se contra os riscos inerentes a qualquer tentativa “intersemiótica”, mas apresenta o inconveniente de nos deixar muito aquém daquilo que todo mundo sempre soube, a saber, que os diversos suportes intersemióticos não são independentes uns dos outros,

estando submetidos às mesmas escanções históricas, às mesmas restrições temáticas etc (...) (MAINGUENEAU, 2005, p.145)

A coexistência de textos que pertencem a domínios semióticos diferentes não é livre no interior de uma formação discursiva. Não é qualquer domínio que pode figurar com qualquer outro, e essas restrições são função ao mesmo tempo do gênero de práticas discursivas concernidas e do conteúdo próprio de cada uma. O gênero da prática discursiva impõe restrições que se relacionam com a função social e o contexto histórico dessa prática.

Maingueneau (2005) também aborda *um esquema de correspondência* entre discurso e história, colocando em evidência uma conectividade semântica entre funcionamento institucional e funcionamento discursivo, mas não propõe uma teoria de conjunto sobre a inscrição sócio-histórica dos discursos. O estudioso procurou com esse conceito estabelecer relações entre os sistemas de restrições e as séries exteriores a seu campo. A hipótese é a de que os discursos são inscritos sócio-historicamente e essa inscrição passa pelo sistema de restrições semânticas a cada formação discursiva.

O simples fato de postular o primado do interdiscurso afeta o “caráter autárquico” do modelo semântico, já que deixamos de estar diante de objetos fechados e compactos, pois se trata de um espaço de circulação semântica articulado sobre uma “descontinuidade fundadora”. De acordo com o autor:

(...) essa descontinuidade, fonte da intercompreensão, só pode remeter a rupturas que o discurso, em si mesmo, não poderia explicar. Assim, mesmo que a análise do espaço discursivo não vá além de um estudo imanente, a estrutura de seu objeto exige sua ultrapassagem. (MAINGUENEAU, 2005, p.171).

O desvio pelo sistema de restrições globais deve nos permitir ultrapassar a leitura superficial dos textos. A organização social é apreendida como uma rede diversificada de múltiplas “ordens”.

Nesse capítulo, o estudioso examina alguns “isomorfismos” entre ciência e religião no século XVII, mas não pretende determinar “o espírito de toda uma época” (MAINGUENEAU, 2005, p.181), e sim compreender como e por que um determinado discurso se torna dominante em determinado momento histórico.

Segundo Maingueneau (2005), mesmo quando se republicam textos ou quando se reproduzem novos textos, que parecem emergir da mesma competência discursiva, não podemos falar que se trata do mesmo discurso. Esse sempre se confunde com a sua emergência histórica, com o espaço discursivo no interior do qual se constitui, as instituições através das quais se desenvolveu e os isomorfismos em cuja rede ele foi envolvido. De acordo com o autor:

Constituir a discursividade em objeto é supor que, em qualquer circunstância não é possível dizer não importa o quê, não importa como e não importa em qual lugar, e que essas coordenadas definem uma identidade enunciativa. Caso contrário, haveria apenas um discurso, sem exterior, infinitamente diverso e infinitamente repisado, tecido de todos os enunciados emaranhados. (MAINGUENEAU, 2005, pp. 188-189).

No espaço enunciativo, o Mesmo se constitui no Outro, o fora investe no dentro, é difícil separar um interior de um exterior. Através de um sistema de restrições, o discurso se engaja em uma “reversibilidade essencial” com organizações, instituições, grupos e com outros campos.

CORPUS

Maingueneau (2005) postula que o espaço discursivo polêmico entre duas formações discursivas é privilegiado para a constituição de um corpus de análise. Nossa pesquisa atende a esse pressuposto, já que, quando o sintagma “liberdade de expressão” circula no discurso midiático, nos debates sobre a regulamentação da comunicação no Brasil, há dois posicionamentos antagônicos fortemente expressados e defendidos por seus enunciadores, situados em formações discursivas distintas. Há duas posições discursivizadas em que o sintagma “liberdade de expressão” é enunciado como “necessidade de regulamentação” ou “nenhuma regulamentação”.

Desde o desenvolvimento do Projeto Inicial, tínhamos como hipótese de trabalho esses dois posicionamentos fortemente demarcados. E, para constituir o corpus de análise, partimos do objetivo de identificar as questões políticas e sociais cristalizadas na circulação midiática do referido sintagma, observando os sentidos e posicionamentos daí enunciados.

Na etapa de projeção do corpus⁶, optamos por realizar um levantamento nos portais das revistas semanais *Veja* e *Carta Capital*, devido ao fato de se porem no publicamente como ideologicamente antagônicas ao partilharem um mesmo espaço de circulação, o do jornalismo dos semanários. Os discursos das revistas são conflitantes e frequentemente há um choque de ideias, devido ao fato de ocuparem lugares opostos alicerçados num antagonismo político-ideológico, portanto julgamos interessante contrapor o posicionamento das duas revistas perante ao debate.

Após um período de coleta e comprovação de nossa hipótese inicial, de que as revistas apresentariam posicionamentos contrários perante as discussões, decidimos enriquecer a pesquisa e mostrar com maior clareza os dois posicionamentos. Para tanto, julgamos pertinente observar a circulação do sintagma nos portais de duas organizações também antagônicas⁷ – a campanha *Para expressar a liberdade* e o *Instituto Millenium*.

No início da compilação do corpus, também coletamos notícias referentes à regulação da mídia em outros portais, tratava-se de uma seção mais abrangente pois englobava notícias advindas de diversas fontes. No decorrer da constituição do objeto de análise, julgamos necessário focar sua composição nas quatro fontes anteriormente citadas para que pudéssemos desenvolver uma análise criteriosa. Portanto, optamos por atentarmo-nos à maneira como o assunto é abordado, e como a unidade linguística “liberdade de expressão” é proferida em outros veículos midiáticos, em pesquisas futuras, desdobradas desta Iniciação Científica.

A movimentação para a regulamentação da mídia que culminou na criação da campanha *Para expressar a liberdade*⁸ iniciou-se na I CONFECOM, realizada em dezembro de 2009. Portanto, com o intuito de acompanhar os debates sobre a regulamentação e a circulação do sintagma ao longo desses anos, procuramos constituir um corpus que abrangesse o período de 2009 até hoje.

Para constituir o corpus, procuramos seguir um processo metodológico estruturado que permitisse a construção de um objeto de análise robusto e organizado. Abaixo apresentamos detalhadamente as etapas de constituição do corpus:

- a) seleção das fontes: delimitamos os dispositivos midiáticos em que realizaríamos as buscas pela presença do sintagma “liberdade de expressão” em textos referentes à regulamentação da comunicação brasileira. Como dito

⁶ Cf. Relatório Parcial, principalmente pp. 30-38.

⁷ Cf. Relatório Parcial, principalmente pp. 31-32.

⁸ Cf. Relatório Parcial, principalmente pp. 25-30.

anteriormente, seguindo nossos objetivos, selecionamos os portais das revistas *Veja* e *Carta Capital*, e das organizações *Para Expressar a Liberdade* e *Instituto Millenium*;

- b) método de busca:⁹ a fim de evitar o condicionamento de resultados, procuramos compreender o funcionamento da ferramenta de busca *Google Search* e não nos aprisionarmos a ela. Acreditamos que a sua utilização unida à compreensão do seu funcionamento é indispensável, uma vez que a cada dia se torna mais naturalizada no cotidiano das pessoas. Portanto realizamos buscas pelo sintagma em três máquinas diferentes (1 notebook HP; 1 notebook Acer e 1 computador LG, de diferentes usuários, com distintos hábitos de navegação) e em três ferramentas distintas (*Google*, *Bing* e *Yahoo*), e utilizamos dois navegadores (*Google Chrome* e *Internet Explorer*). Julgamos esse método importante para constatar a circulação e o espalhamento do sintagma na mídia, acompanhar a proliferação dos discursos na comunicação contemporânea e evitar o condicionamento indevido de resultados;
- c) seleção das palavras-chave: ao iniciar as buscas pelo sintagma, percebemos que, para rastreá-lo, era preciso ampliar as palavras-chave, ou seja, também precisávamos buscar por outros signos, já constatados como frequentes em documentos que se referiam ao sintagma “liberdade de expressão”. Diante dessa constatação, delimitamos sete unidades linguísticas recorrentes nos textos sobre as referidas discussões, são elas: “liberdade de expressão”; “marco regulatório das comunicações”; “marco regulatório da comunicação”; “marco regulatório da comunicação no Brasil”; “lei da mídia democrática”; “regulação da mídia” e “regulamentação da mídia”;
- d) coleta dos textos: foram coletados textos do gênero notícia e artigos de opinião, levando em consideração o método de busca e as palavras-chave. Além de realizar coletas por meio das ferramentas de busca, também realizamos buscas das palavras-chave nos sites selecionados como fonte para a construção do corpus. Foram coletados textos referentes aos anos de (2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014), foram realizadas buscas e coletas de texto do dia 15 de junho de 2013 a 16 de maio de 2014;

⁹ Cf. Relatório Parcial, principalmente pp. 33-38.

e) organização do corpus: os textos coletados foram salvos em formato *PDF* e organizados seguindo suas fontes: uma grande pasta denominada *Corpus IC*; subpastas dentro da grande pasta denominadas – *Veja*, *Carta Capital*, *Para Expressar a Liberdade (PEL)*¹⁰, *Instituto Millenium (IMIL)*; pastas dentro das subpastas referente aos anos em que os textos foram publicados (2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014). O organograma abaixo esclarece a organização final do corpus:



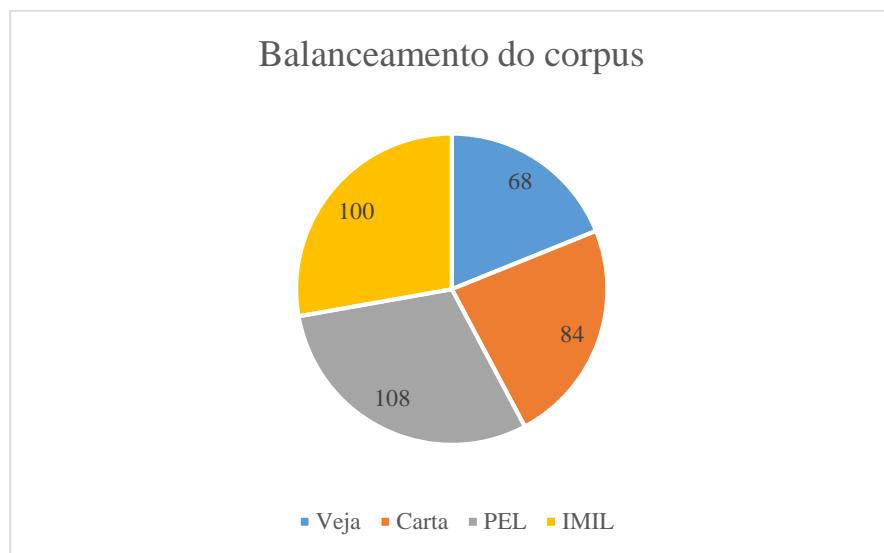
O corpus final submetido a análise nesta pesquisa possui 360 textos, dos gêneros jornalísticos notícia e artigo de opinião. A tabela abaixo apresenta a composição do corpus:

CORPUS			
VEJA	CARTA CAPITAL	PEL	IMIL
2009 = 6 textos	2009 = 2 textos	-	2009 = 5 textos
2010 = 5 textos	2010 = 16 textos	-	2010 = 21 textos
2011 = 13 textos	2011 = 17 textos	-	2011 = 6 textos
2012 = 18 textos	2012 = 13 textos	2012 = 25 textos	2012 = 23 textos
2013 = 17 textos	2013 = 26 textos	2013 = 75 textos	2013 = 29 textos

¹⁰ A parte do corpus correspondente ao blog *Para expressar a Liberdade* é composta por arquivos dos anos 2012, 2013 e 2014, pois é nesse período que começaram a circular notícias no portal.

2014 = 9 textos	2014 = 10 textos	2014 = 8 textos	2014 = 16 textos
Total: 68 textos	Total: 84 textos	Total: 108 textos	Total: 100 textos
Completo: 360 textos			

O gráfico abaixo ilustra o balanceamento entre as fontes na composição do corpus:



Ao coletar os arquivos para constituição do corpus, percebemos que, em alguns anos, era mais fácil encontrar dados sobre a circulação do sintagma em textos que abordavam a proposta de regulamentação da mídia, devido ao fato de o debate se tornar mais efervescente em determinados períodos. Abaixo o gráfico indica a quantidade de textos referente a cada ano:



O corpus de análise desta Iniciação Científica foi constituído e organizado seguindo uma metodologia de seleção dos dados que evita o condicionamento de informações e resultados, beneficiando o desenvolvimento da análise.

ANÁLISE DOS DADOS

Iniciamos a análise dos dados, partindo do pressuposto de que existiam duas formações discursivas antagônicas com discursos e posicionamentos opostos. Além disso, já havíamos confirmado a hipótese do projeto inicial de que o sintagma “liberdade de expressão” configurava uma fórmula discursiva¹¹.

A partir disso, procuramos identificar a posição ideológica de cada formação discursiva; as relações de poder e opinião na cristalização do sintagma no discurso midiático e os sentidos que lhe foram atribuídos, considerando suas derivas e desdobramentos. Nesse momento da pesquisa, ter como escopo teórico o trabalho desenvolvido por Dominique Maingueneau (2005) nos pareceu relevante e enriquecedor.

O primeiro passo de análise dos dados foi o levantamento dos semas fundamentais de cada uma dessas fontes pesquisadas, que nos permitiu identificar o sentido e o posicionamento manifestado pelos enunciadores através dos discursos. Cada um dos textos que compõem o corpus foi analisado a fim de levantarmos quais eram os semas reivindicados como “positivos” e os rejeitados como “negativos” por cada uma das fontes

¹¹ Cf, Relatório Parcial, pp. 39-47.

nos debates sobre a adoção de medidas reguladoras na comunicação no Brasil, para posteriormente organizarmos suas grades semânticas, conforme a proposta de teórico-metodológica detalhada acima.

O levantamento dos semas foi desenvolvido levando em consideração o tom, o vocabulário e a enunciação dos textos presentes no corpus.¹² A partir da oposição primitiva “necessidade de regulamentação” vs “nenhuma regulamentação” foram identificados os semas reivindicados “positivos” e os rejeitados “negativos” pelos discursos *Veja*, *Carta Capital*, *Para Expressar a Liberdade* e *Instituto Millenium*, e organizada a grade semântica de cada um.

A revista *Veja* se posiciona de forma contrária à regulamentação da comunicação no Brasil. Coloca-se como defensora da “liberdade de expressão”, vista como um “direito fundamental” e reivindica semas como “liberdade de informação”, “liberdade de opinião”, “honestidade”, “vozes plurais da sociedade”, “imprensa livre”, “jornalismo vigiando o poder”, entre outros. Para a revista, a adoção de leis sobre a comunicação é tida como “censura”, “controle social”, “cerceamento da liberdade de opinião” e “restrição à liberdade de imprensa”. Entre os semas rejeitados estão “regulação da mídia”, “controle dos meios de comunicação”, “ofensiva contra a liberdade de imprensa”, “controle estatal”, “submissão da mídia ao governo”, “enquadramento da imprensa” e “censura judicial”.

Os excertos abaixo explicitam o posicionamento da revista:

“Os comandantes da ofensiva contra a liberdade de imprensa ignoram que nem todos os
jornalistas estão à venda”
(Veja – 27/06/2011)

“A tentativa de submeter os veículos de comunicação a um controle social é uma forma oblíqua
de censura”
(Veja – 12/11/2012)

“Todas as tentativas de enquadramento da imprensa (...) resultaram numa mesma constatação:
não é possível fazê-lo sem ferir o princípio básico da democracia, que é a liberdade de informação e
expressão”
(Veja – 12/11/2012)

¹² Em ANEXO I encontram-se excertos do corpus de análise que comprovam os posicionamentos antagônicos e a presença dos semas levantados.

“(...) jornalistas não precisam de regulamento”

(Veja – 10/12/2012)

“PT defende em resolução censura à imprensa”

(Veja – 02/03/2013)

“Perigo para a liberdade: Os estalinistas do PT voltam com toda carga querendo ‘regular’ a mídia...”

(Veja – 12/03/2013)

“A ideia é distorcer o marco da democracia – liberdade de expressão para todos -, buscando formas de controle do Estado sobre a mídia”

(Veja – 27/03/2013)

“(...) há militantes do PT que querem controlar também a imprensa escrita”

(Veja – 02/04/2013)

“Não há monopólio. Há liderança, que só pode ser quebrada mediante opção do telespectador”

(Veja – 12/11/2013)

“O PT continua querendo calar a boca da imprensa”

(Veja – 22/04/2014)

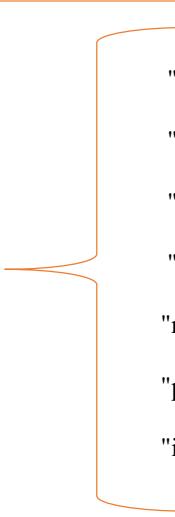
A tabela abaixo apresenta a grade semântica do discurso *Veja*. Os semas reivindicados, “positivos” (V+) e os rejeitados, “negativos” (V-):

SEMAS VEJA	
V+	V-
"liberdade de expressão"	"violação à liberdade de imprensa"
"liberdade direito fundamental"	"censura"
"democracia"	"controle social da mídia"
"vozes plurais da sociedade"	"cerceamento da liberdade de opinião"
"democracia representativa"	"restrição à liberdade de imprensa"
"estado de direito"	"regulação da mídia"
"liberdade de informação"	"limitar a mídia"
"liberdade de opinião"	"controlar os veículos de imprensa"
	"controle dos meios de comunicação"

"honestidade"	"ofensiva contra a liberdade de imprensa"
"altivez"	"controle estatal"
"imprensa livre"	"submissão da mídia ao governo"
"jornalismo vigiando o poder"	"pensamento único"
	"nova censura"
	"regulamentação da mídia"
	"enquadramento da imprensa"
	"censura judicial"
	"projeto cala-boca da imprensa"
	"imprensa controlada pelo Estado"
	"jornalismo a serviço do poder";

Ao observar a tabela, percebe-se que o discurso da revista tem uma tendência maior a rejeitar semas do que em reivindicá-los.

Após o levantamento dos semas, realizamos operações de contraste entre eles, ou seja, os embates entre os semas positivos e os negativos. A tabela abaixo ilustra relações de oposição entre os semas V+ e V-, que evidenciam o posicionamento discursivo *Veja*:

OPOSIÇÃO V+ vs V-	
"liberdade de expressão" vs	 "censura"
	"controle social da mídia"
	"restrição à liberdade de imprensa"
	"regulação da mídia"
	"regulamentação da mídia"
	"projeto cala-boca da imprensa"
	"imprensa controlada pelo Estado"

“democracia” vs “censura”

“liberdade de opinião” vs “cerceamento da liberdade de opinião”

“imprensa livre” vs

“violação à liberdade de imprensa”

“jornalistas não precisam de regulamentos”

“controle estatal”

“imprensa controlada pelo Estado”

“submissão da mídia ao governo”

“enquadramento da imprensa”

“liberdade de expressão”

“regulação da mídia”

“liberdade de opinião”

“regulamentação da mídia”

“liberdade de informação”

“vozes plurais da sociedade” vs “pensamento único”

“jornalismo vigiando o poder” vs “jornalismo a serviço do poder”

“democracia” vs

“censura”

“nova censura”

“censura judicial”

“controle estatal”

A revista *Carta Capital* posiciona-se favoravelmente ao Marco Regulatório da Comunicação. Coloca-se como defensora da “liberdade de expressão”, “liberdade de imprensa”, “diversidade”, “regulação da mídia” e do “marco regulatório da comunicação”. Reivindica temas como “democracia”, “pluralidade”, “debates sobre regulação da mídia” e “comunicação democrática”. Para a revista, a adoção de leis à

comunicação é vista como “luta pela democratização da mídia”. Entre os semas rejeitados estão “mídia golpista”, “imprensa partidária”, “interdição do debate”, “propriedade cruzada”, “oligarquias políticas”, “coronelismo eletrônico”, “barões da mídia” e “oligopólios”.

Os excertos¹³ abaixo registram esse posicionamento:

“Pluralizar a informação”

(Carta Capital – 23/09/2010)

“Regular a mídia amplia a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, a pluralidade e a diversidade”

(Carta Capital – 11/11/2010)

“Um Marco Regulatório se refere à regulação do mercado de mídia e à garantia de direitos humanos fundamentais”

(Carta Capital – 11/11/2010)

“Regulação não ameaça liberdade de imprensa”

(Carta Capital – 16/12/2010)

“Regulação a favor da liberdade”

(Carta Capital – 21/03/2011)

“Luta pela democratização da comunicação ganha força”

(Carta Capital – 29/03/2011)

“(...) a democratização dos meios de comunicação é tema relevante”

(Carta Capital – 03/09/2011)

“Regulação da Mídia é pela liberdade de expressão”

(Carta Capital – 04/04/2011)

“Interdição do debate sobre a democratização das comunicações pelos grupos dominantes funciona como censura disfarçada”

(Carta Capital – 10/05/2012)

“Lei da mídia democrática: um passo rumo à pluralidade”

¹³ No ANEXO I mais excertos do corpus comprovam o posicionamento da revista Carta Capital.

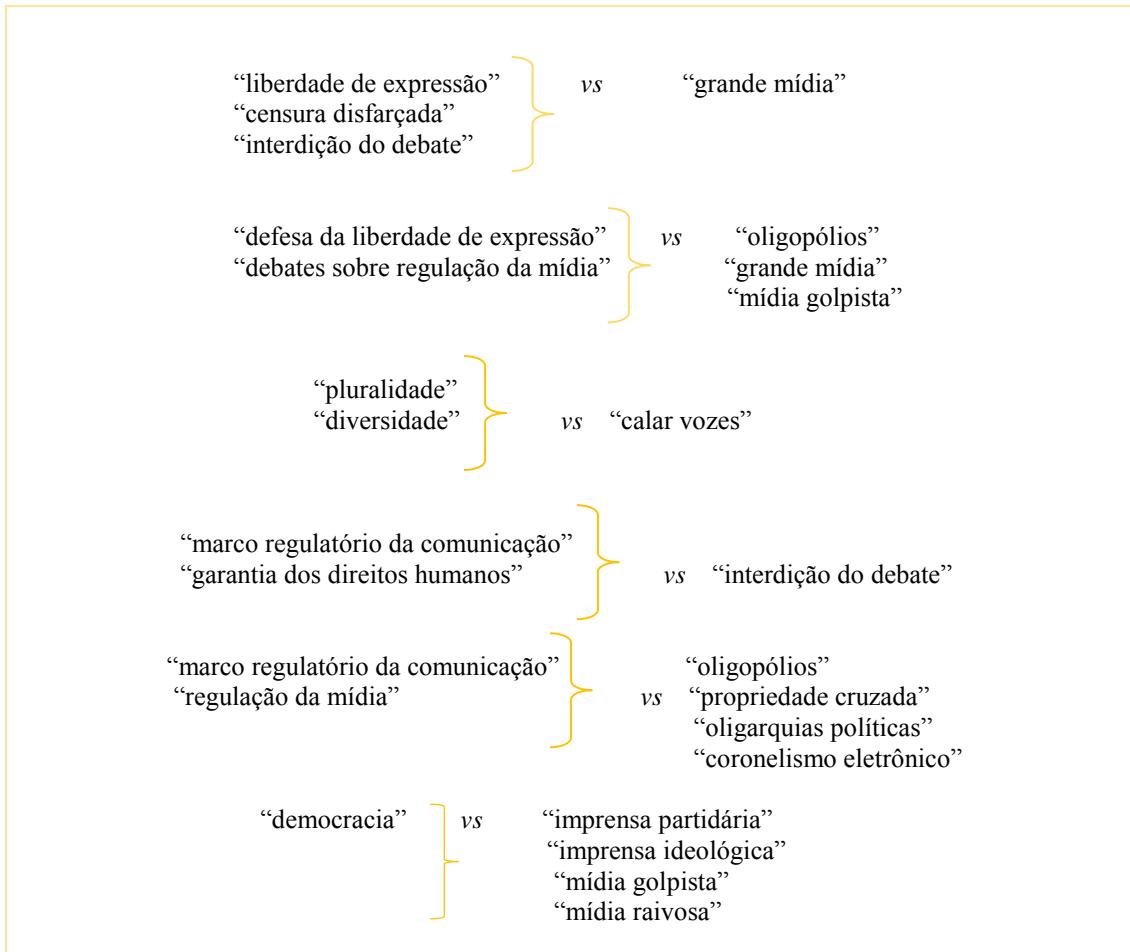
A tabela abaixo apresenta a grade semântica do discurso *Carta Capital*. Os semas reivindicados, “positivos” (CC+) e os rejeitados, “negativos” (CC-):

SEMAS CARTA CAPITAL	
CC+	CC-
“liberdade de expressão”	“oligopólios”
“liberdade de imprensa”	“calar vozes”
“defesa da liberdade de expressão”	“monopolizar o direito à expressão”
“sentimento do povo brasileiro”	“mídia golpista”
“debates sobre regulação da mídia”	“grande mídia”
“não cerceamento de ideias”	“imprensa partidária”
“regulação da mídia”	“imprensa ideológica”
“pluralidade”	“mídia raivosa”
“diversidade”	“censura disfarçada”
“democracia”	“interdição do debate”
“marco regulatório da comunicação”	“propriedade cruzada”
“garantia dos direitos humanos”	“oligarquias políticas”
“garantia do direito de resposta”	“coronelismo eletrônico”
“comunicação democrática”	“barões da mídia”
“regulamentação dos meios de comunicação”	
“luta pela democratização da mídia”	

O discurso da revista *Carta Capital* tem uma maior tendência a defender semas do que a rejeitá-los. É o que percebemos durante o levantamento dos semas.

A tabela abaixo ilustra relações de oposição entre os semas CC+ e CC-, e evidenciam o posicionamento discursivo de *Carta Capital*:

OPOSIÇÕES CC+ vs CC-		
“liberdade de expressão” “liberdade de imprensa”	{ vs }	“oligopólios”



A campanha *Para Expressar a Liberdade*¹⁴ foi criada em 2009 com o intuito de mobilizar o Brasil para a elaboração de nova lei para a Comunicação Social, portanto seu posicionamento é claramente, por definição, favorável ao Marco Regulatório da Comunicação.

O discurso da campanha *Para Expressar a liberdade* defende o “novo marco regulatório”, a “regulamentação da mídia” e a “liberdade de imprensa”. Entre os semas reivindicados estão “igualdade no espaço público midiático”, “pluralidade na mídia”, “diversidade na mídia”, “acessibilidade comunicacional”, “democracia” e “reformas na comunicação”. “Outorga para políticos”, “concentração da mídia”, “monopólios e oligopólios”, “violação contra a liberdade de expressão”, “donos da mídia” e “grande mídia” são alguns dos semas rejeitados.

Os excertos¹⁵ abaixo explicitam o posicionamento da campanha:

¹⁴ Cf. Relatório Parcial, pp. 25-30.

¹⁵ No ANEXO I há mais excertos do corpus que comprovam o posicionamento da campanha *Para Expressar a Liberdade*.

“70% dos brasileiros querem regulação da mídia”

(Para expressar a liberdade – uma nova lei para um novo tempo – 19/08/2013)

“A sociedade acordou para a democratização da comunicação”

(Para expressar a liberdade – uma nova lei para um novo tempo – 23/07/2013)

“O Estado brasileiro deve adotar medidas de regulação democrática sobre a estrutura do sistema de comunicações”

(Para expressar a liberdade – uma nova lei para um novo tempo – 24/08/2012)

“O novo marco regulatório deve garantir direito à comunicação e à liberdade de expressão”

(Para expressar a liberdade – uma nova lei para um novo tempo – 24/08/2012)

“(...) regulamentação não tem nada nada a ver com censura”

(Para expressar a liberdade – uma nova lei para um novo tempo – 28/08/2012)

“Limite à concentração nas comunicações”

(Para expressar a liberdade – uma nova lei para um novo tempo – 24/08/2012)

“O Brasil não pode continuar ouvindo apenas os poucos e velhos grupos econômicos que controlam a comunicação”

(Para expressar a liberdade – uma nova lei para um novo tempo – 24/08/2012)

“O debate sobre a urgência de um novo marco regulatório para as comunicações tem sido interditado pela mídia e negligenciado pelo governo”

(Para expressar a liberdade – uma nova lei para um novo tempo – 14/03/2013)

“(...) é por meio dos processos regulatórios e políticas públicas que se garante a igualdade”

(Para expressar a liberdade – uma nova lei para um novo tempo – 05/2013)

“Controle Social não é censura”

(Para expressar a liberdade – uma nova lei para um novo tempo – 11/06/2013)

A tabela abaixo apresenta a grade semântica da campanha *Para Expressar a Liberdade*, os semas reivindicados, “positivos” (PEL+) e os rejeitados, “negativos” (PEL):

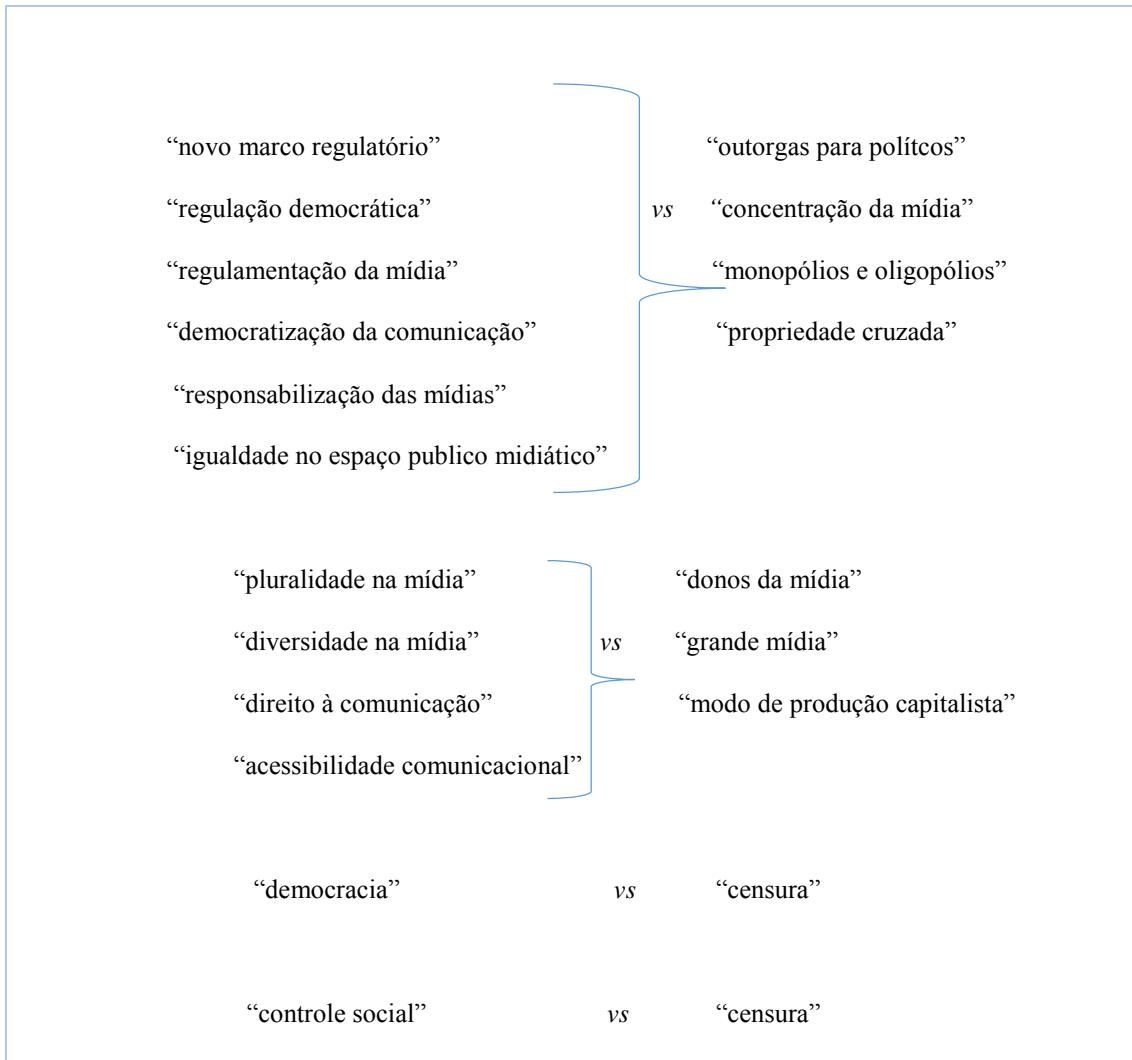
SEMAS PARA EXPRESSAR A LIBERDADE

PEL+	PEL-
“liberdade de expressão”	“censura”
“liberdade de imprensa”	“outorgas para políticos”
“direito à comunicação”	“concentração da mídia”
“novo marco regulatório”	“monopólios e oligopólios”
“regulamentação da mídia”	“modo de produção capitalista”
“igualdade no espaço público midiático”	“propriedade cruzada”
“pluralidade na mídia”	“violação da liberdade de expressão”
“diversidade na mídia”	“donos da mídia”
“acessibilidade comunicacional”	“grande mídia”
“democracia”	“censura judicial”
“responsabilização das mídias”	
“regulamentação democrática”	
“reformas na comunicação”	
“democratização da comunicação”	
“controle social”	

Ao realizar o levantamento dos semas da campanha percebemos uma maior tendência da campanha *Para Expressar a Liberdade* em reivindicar do que rejeitar semas.

A tabela abaixo ilustra relações de oposição entre os semas PEL+ e PEL- que evidenciam o posicionamento discursivo *Para Expressar a Liberdade*:

OPOSIÇÕES PEL+ vs PEL-
<p>“liberde de expressão” vs { “censura” “censura judicial” “violação da liberdade de expressão”}</p> <p>“liberdade de imprensa” vs { “censura” “censura judicial”}</p>



O Instituto Millenium¹⁶, fundado em 2005, define-se como um defensor da democracia e da liberdade de expressão. Posicionou-se como contrário às propostas da I CONFECON, que, como dito anteriormente, deu início às mobilizações que culminaram na campanha *Para Expressar a Liberdade*. Portanto, seu discurso coloca-se, por definição, como contrário à adoção de leis para a Comunicação.

O Instituto defende “liberdade de expressão”, “liberdade de imprensa”, “liberdade de acesso” e “liberdade de informação”. Alguns dos semas reivindicados são “não ao controle da expressão”, “mídia livre”, “democracia”, “direito social à informação”, “sociedade democrática” e “pluralismos”. Entre os semas rejeitados estão “marco regulatório da comunicação”, “controle governamental”, “centralização da informação”, “censura da mídia”, “cerceamento da liberdade” e “restrição da liberdade de imprensa”.

¹⁶ Cf. Relatório Parcial, pp. 31–32.

Abaixo os excertos¹⁷ do corpus que deixam claro o posicionamento do Instituto:

“PT pune a liberdade de expressão”
(Instituto Millenium – 05/10/2009)

“Cada proprietário de veículo de comunicação, de editora ou de gravadora deve ter liberdade para escolher os conteúdos (...)"
(Instituto Millenium – 02/03/2010)

“Liberdade de Expressão é obstruir qualquer caminho que conduza mecanismos de democracia participativa”
(Instituto Millenium – 08/03/2010)

“Há tentativas de controle da liberdade de imprensa por ações propostas por setores petistas”
(Instituto Millenium – 01/03/2012)

“Carcará e Falcão contra a liberdade de expressão”
(Instituo Millenium – 10/05/2012)

“(...) agora o Governo Federal quer instituir o ‘controle social’”
(Instituo Millenium – 13/08/2013)

“Incansável luta contra a liberdade de expressão”
(Instituo Millenium – 13/08/2013)

“Não há igualdade sem liberdade”
(Instituo Millenium – 16/04/2013)

“O Brasil inventa a censura democrática”
(Instituto Millenium - 09/04/2014)

A tabela abaixo apresenta a grade semântica do discurso do *Instituto Millenium* e os semas reivindicados, “positivos” (IMIL+) e os rejeitados, “negativos” (IMIL-):

SEMAS INSTITUTO MILLENIUM	
IMIL+	IMIL-

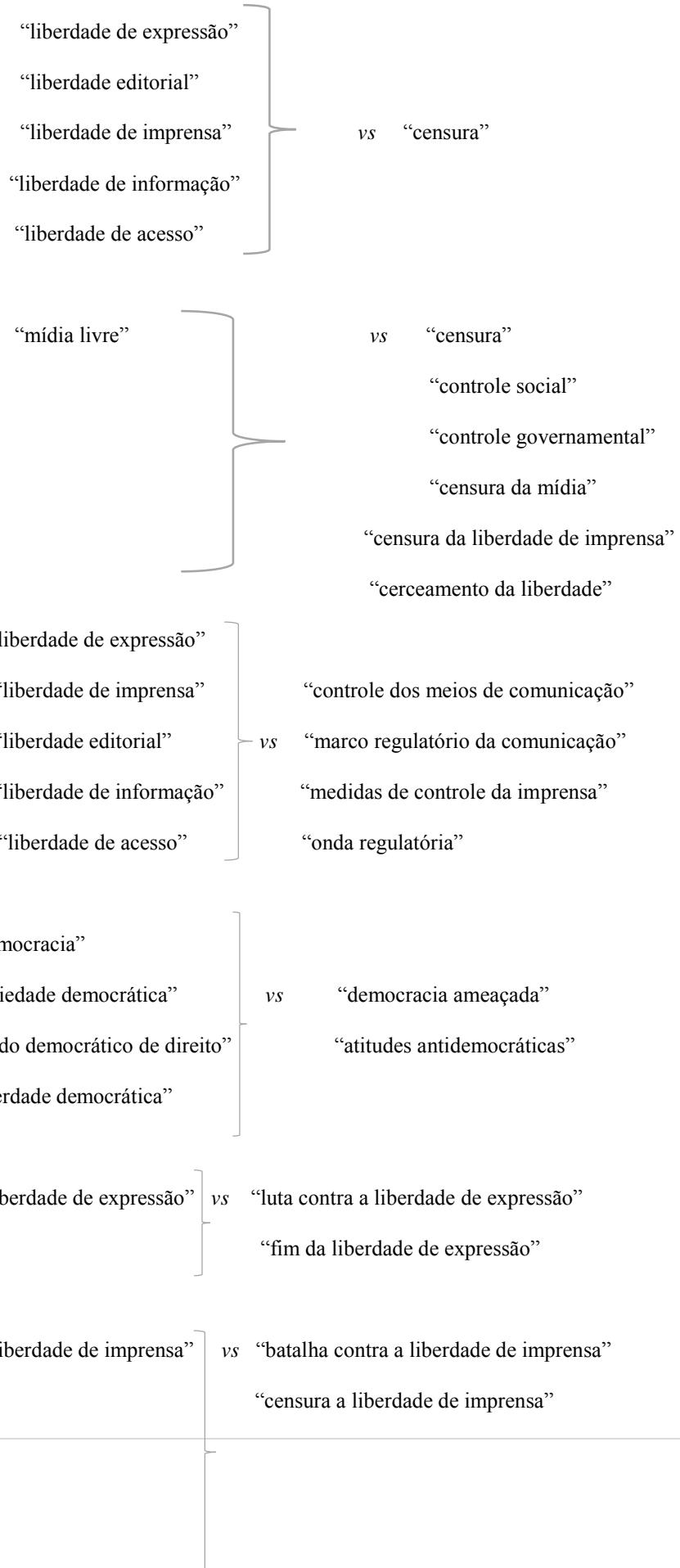
¹⁷ No ANEXO I há mais excertos do corpus que comprovam o posicionamento do *Instituto Millenium*.

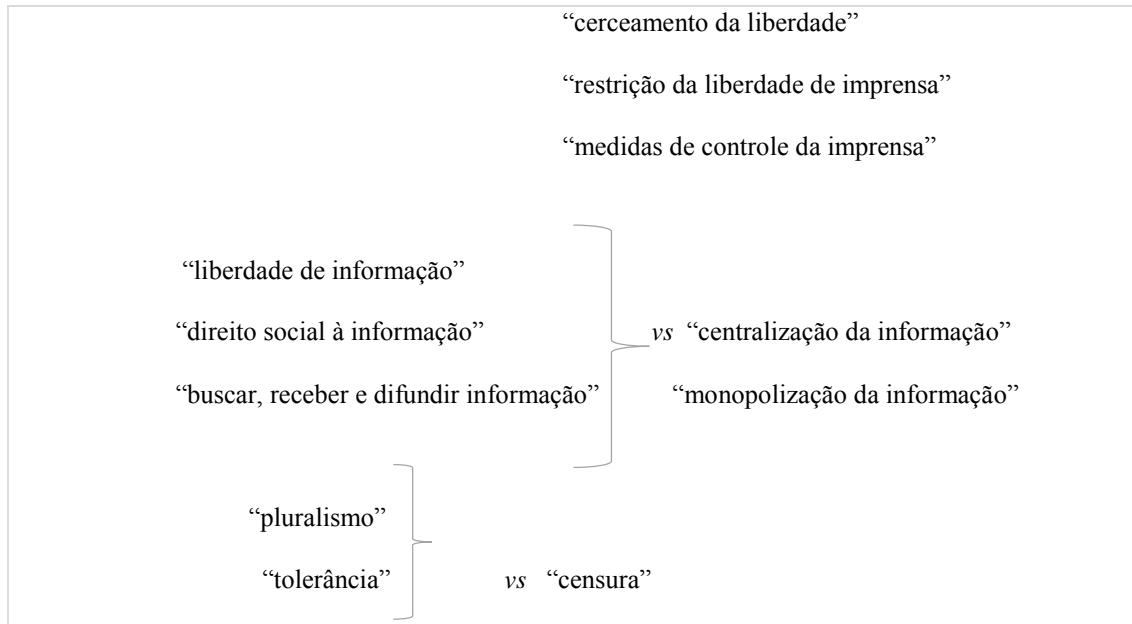
“liberdade de expressão”	“luta contra a liberdade de expressão”
“liberdade editorial”	“batalha contra a liberdade de imprensa”
“liberdade de imprensa”	“censura”
“liberdade de informação”	“controle social”
“liberdade de acesso”	“controle governamental”
“estado democrático de direito”	“marco regulatório da comunicação”
“não ao controle da expressão”	“centralização da informação”
“direito de livre expressão”	“monopolização da informação”
“mídia livre”	“fim da liberdade de expressão”
“democracia”	“controle do governo central”
“direito social à informação”	“censura a liberdade de imprensa”
“buscar, receber e difundir informação”	“censura da mídia”
“sociedade democrática”	“cerceamento da liberdade”
“pluralismo”	“restrição da liberdade de imprensa”
“tolerância”	“medidas de controle da imprensa”
“liberdade democrática”	“democracia ameaçada”
“multiplicidade de vozes”	“investidas antidemocráticas”
	“controle dos meios de comunicação”
	“mídia estatal”
	“onda regulatória”

Assim como a revista *Veja*, o *Instituto Millenium* apresenta uma tendência maior em rejeitar semas, sendo isso uma característica do seu discurso.

A tabela abaixo ilustra relações de oposição entre os semas IMIL+ e IMIL- que evidenciam o posicionamento discursivo do *Instituto Millenium*:

OPOSIÇÕES IMIL+ vs IMIL-





Após realizar o levantamento dos semas e a organização das grades semânticas, pudemos detectar uma coincidência entre os discursos análogos. *Veja* e *Instituto Millenium* defendem a “não regulamentação” da mídia, e ambos os discursos apresentam caráter maior de rejeição do que reivindicação, ou seja, há mais semas rejeitados (“negativos”) do que reivindicados (“positivos”).

Já os discursos da *Carta Capital* e *Para Expressar a Liberdade*, que afirmam “necessidade de regulamentação” têm caráter de reivindicação maior do que o de rejeição, portanto apresentam mais semas “positivos” do que “negativos”.

Essa diferença permite formular uma nova hipótese de trabalho, para investigações futuras: há discursos propositivos e discursos reativos.

Para o momento, registramos que o sintagma “liberdade de expressão” está presente no discurso das quatro fontes do corpus como sema reivindicado, “positivo”. As quatro organizações reivindicam e defendem a “liberdade de expressão” em seus discursos, o que os diferencia é o sentido atribuído ao sintagma, forjado nos posicionamentos definidores da enunciação da unidade linguística. Para *Veja* e *Instituto Millenium* “liberdade de expressão” é não regulamentar a mídia, manter a lei da forma atual. Para *Carta Capital* e *Para Expressar a Liberdade*, “liberdade de expressão” é regulamentar a mídia, criar novas leis para os meios de comunicação no Brasil.

Derivas e desdobramentos de “liberdade de expressão” como “liberdade de imprensa”, “liberdade de opinião”, “liberdade de informação”, “liberdade editorial”, “liberdade de acesso” também são semas reivindicados pelos quatro discursos analisados,

e enunciados conforme seus posicionamentos perante a proposta de regulamentação da Comunicação. Percebe-se que embora os discursos sejam antagônicos, há semas “positivos” em comum, mostrando como é possível um único sintagma circular em um contexto comum, em um mesmo período de tempo, e possuir sentidos diversos, devido à formação discursa a partir da qual é enunciado.

O sintagma “democracia” é reivindicado e “censura” é rejeitado pelos quatro discursos, são dois semas centrais na instauração dos debates e na criação do rumor público sobre o tema estudado nesta pesquisa. *Veja* e *IMIL* veem como “democracia” a comunicação no Brasil tal como ela é hoje, livre de qualquer regulamento, e como “censura” a instauração de um Marco Regulatório que imponha leis e regras aos donos e a seus veículos comunicacionais. *Carta Capital* e *Para expressar a liberdade* têm como “democracia” a instauração de uma nova lei para reger a comunicação, e como “censura” a maneira atual de funcionamento dos veículos comunicacionais.

Outro fator importante detectado durante a análise dos dados é que os discursos antagônicos fazem referência um ao outro para defender seus posicionamentos ou combater o seu contrário. Os excertos abaixo explicitam essa relação de embate e polêmica entre os discursos analisados:

“Os comandantes da ofensiva contra a liberdade de imprensa esquecem que nem todos os jornalistas estão à venda”

(*Veja* – 27/06/2011)

“O FNDC reivindica que este Marco Regulatório leve efetivamente à regulação da mídia, e contenha, também, mecanismos de controle, pela sociedade, do seu conteúdo e da extração de audiência que facilita a existência dos oligopólios da comunicação que desrespeitam a pluralidade e diversidade cultural.

Viram? A “sociedade” teria mecanismos de controle de conteúdo do que é veiculado. Mas quem é a “sociedade”? Ora todos sabemos! Trata-se de ONGs, sindicatos, associações disso e daquilo, movimentos, todos aqueles grupos que são controlados pelo... PT! Mas isso é pouco: seria preciso evitar a “extração de audiência”. Se uma emissora, por exemplo, começasse a ter telespectadores demais, seria preciso dar um jeito de cortar suas asinhas. Como? Sei lá! O tal fórum dá uma pista de como seria esse “mecanismo de controle”.

(*Veja* – 02/03/2013)

“Esquerdeopatas esperneiam ao ouvir falar em liberdade de expressão e democracia”

(*Instituto Millenium* – 08/03/2010)

“A bandeira da liberdade de imprensa como farsa e engodo da grande mídia”

(*Carta Capital* – 01/09/2010)

“Liberdade de expressão””: o efeito silenciador da grande mídia”
(*Carta Capital* – 03/08/2010)

“Por que a mídia teme o debate?”
(*Carta Capital* – 10/11/2010)

“As derrotas dos barões da mídia em 2013”
(*Para expressar a Liberdade* – 08/01/2014)

“A liberdade de expressão de oligopólios”
(*Para expressar a Liberdade* – 10/01/2013)

“Contraponto aos donos da mídia”
(*Para expressar a Liberdade* – 19/08/2013)

Pudemos também detectar que frequentemente os discursos referem-se a questões político-partidárias para defender o seu posicionamento e atacar o oposto. Os excertos abaixo mostram essa relação e explicitam a maneira como esse embate político é central e pode funcionar como um divisor de águas nas discussões sobre o Marco Regulatório:

“Controle dos meios de comunicação volta à pauta do PT”
(*Veja* – 07/10/2010)

“O PT nega que defende o controle da imprensa, mas age para pressionar o governo a enviar ao Congresso o projeto de lei que trata do marco regulatório do setor”
(*Veja* – 07/10/2010)

“Eles só pensam naquilo... PT vai retomar debate sobre o marco para a mídia”
(*Veja* – 07/10/2011)

“Os botocudos insistem: Regulação da mídia é uma ‘prioridade’, diz líder do PT
(*Veja* – 09/02/2011)

“Se quisesse ‘democratizar a mídia’, o PT teria que começar o serviço pelo Maranhão”
(*Veja* – 09/09/2011)

“PERIGO PARA A LIBERDADE: Os stalinistas do PT voltam com toda carga querendo ‘regular’ a mídia”
(*Veja* – 12/03/2013)

“O PT promove confusão deliberada entre os conceitos de marco regulatório e controle social das comunicações”
(*Veja* – 06/09/2011)

“Há tentativas de controle da imprensa por ações propostas por setores petistas”
(*Instituto Millenium* – 01/03/2012)

“(...) as repetidas tentativas do governo do PT no sentido de criar um órgão controlador da mídia”
(Instituto Millenium – 02/11/2010)

“PT pune a liberdade de expressão”
(Instituto Millenium – 05/10/2009)

“Críticas de Lula à mídia provocam reação contra o “autoritarismo” e as “ameaças à liberdade de imprensa ...”
(Carta Capital – 01/10/2010)

“Lula avisa: vem aí novo debate sobre a mídia”
(Carta Capital – 02/12/2010)

“PT defende regulação da mídia”
(Carta Capital – 03/09/2011)

“Que o governo Dilma não se acovarde diante da mídia”
(Carta Capital – 10/01/2011)

Por meio da análise dos dados, pudemos detectar como a mídia institucionalizada tem o poder de organizar, através dos seus discursos, as relações de poder e opinião da sociedade. Muitas vezes, a mídia atua como formadora de opiniões e ideias que têm o poder de transformar o real e o histórico, e influenciar na tomada de decisão dos cidadãos perante os debates públicos.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A fórmula discursiva “liberdade de expressão” é cristalizada nas discussões a respeito do Marco Regulatório das Comunicação no Brasil de maneira polêmica. O sintagma circula em uma manifestação de incompatibilidade radical entre duas formações discursivas, uma “a favor da regulamentação da mídia” e outra “contra a regulamentação da mídia”.

A identidade desse intenso debate público é fundamentada pela relação discursiva entre o Mesmo e o Outro, constituídos na forma de simulacro, cada discurso conduz no Outro no seu fechamento. É nessa relação interdiscursiva do Mesmo com o Outro que os discursos analisados se constituem e se posicionam perante o debate.

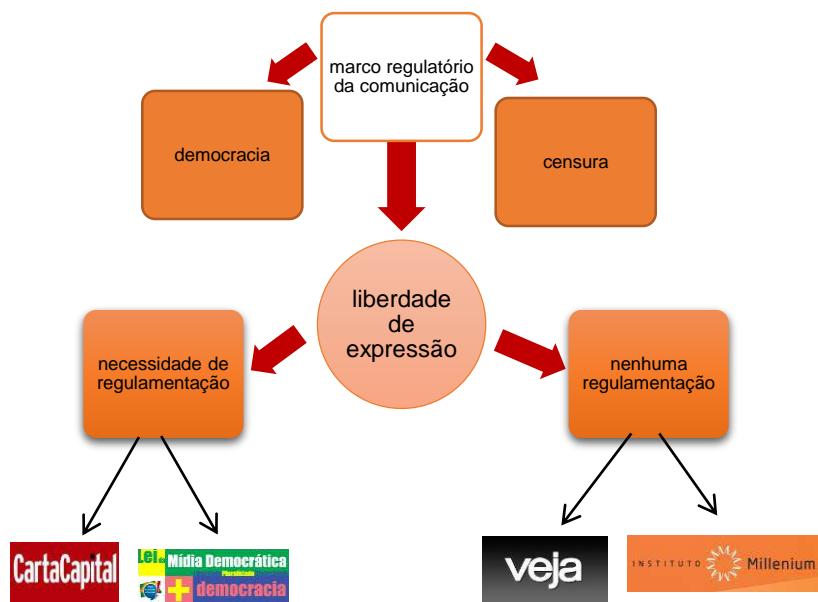
De acordo com Maingueneau (2005), a identidade de um discurso coincide com a rede de incompreensão da qual ela é apreendida. Não existem, de um lado, o sentido e,

de outro, certos “mal-entendidos” na comunicação, mas em um só movimento, o sentido como mal-entendido.

A interincompreensão entre os discursos ocorre porque o dizível de um campo discursivo dado é comandado por um sistema de restrições único, concebido como uma competência discursiva, que corresponde à aptidão que um sujeito deve ter para produzir enunciados que dependem de uma formação discursiva determinada.

O Marco Regulatório das Comunicação é, nesses termos, um acontecimento discursivo delimitado por uma grade semântica, que funde o desentendimento recíproco.

São utilizadas as “mesmas” palavras para falar da “mesma” coisa, mas os sentidos emitidos se põem como antagônicos, e os discursos se opõem claramente diante do “mesmo” debate. O organograma abaixo foi desenvolvido a partir de nossas análises e explicita a relação polêmica entre as duas formações discursivas:



Observa-se que há um tema comum “Marco Regulatório da Comunicação” visto de duas maneiras: como vetor de “democracia” e como imposição de “censura”. O sintagma “liberdade de expressão” se posiciona no centro das discussões e há uma relação direta entre a proposta de instauração de um marco que regulamente a comunicação com a liberdade de expressão. A partir disso, o sintagma é enunciado com dois sentidos diferentes e mesmo opostos “necessidade de regulamentação” e “nenhuma regulamentação”. Dessa forma, articula-se a polêmica como a dupla interincompreensão

que atravessa o espaço discursivo: o discurso de “necessidade de regulamentação” se constitui contra o discurso de “nenhuma regulamentação”, e vice-versa.

Os discursos das revistas *Veja* e *Carta Capital* possuem a mesma função social, na medida em que são dispositivos comunicacionais que têm em comum a função de informar a sociedade, um dos papéis fundamentais do jornalismo, apesar de estarem etiquetados por décadas como de “direita” e “esquerda”, respectivamente. Os discursos do *Instituto Millenium* e da campanha *Para Expressar a Liberdade* também têm um ponto central em comum: são organizações fundadas na defesa de ideais e causas. A intercompreensão regrada é gerada a partir desses fatores comuns entre formações discursivas distintas, e é instituída na filtragem que constitui o espaço de trocas com suas grades semânticas.

Segundo Maingueneau (2005, p.115), na polêmica, contrariamente ao que o senso comum prevê, é a convergência que prevalece sobre a divergência, já que o desacordo supõe um acordo sobre “um conjunto ideológico comum”. O autor afirma que “a polêmica sustenta-se com base na convicção de que existe um código que transcende os discursos antagônicos, reconhecidos por eles, que permitiria decidir entre o justo e o injusto” (MAINGUENEAU, 2005, p.115).

Percebe-se que os discursos análogos interagem e têm relação direta um com outro. O *Instituto Millenium* é formado e mantido por grupos empresariais, entre eles o Grupo Abril¹⁸, do qual a *Veja* faz parte. Portanto compartilham e defendem as mesmas posições ideológicas e lutam pelas mesmas causas, uma delas a “não regulamentação” da mídia.

A campanha *Para Expressar a Liberdade* é uma iniciativa do Fórum Nacional da Comunicação (FNDC), criado em XXX, e conta com a participação de diversas entidades, entre elas o Coletivo Brasil de Comunicação Social (INTERVOZES) que tem um espaço dentro do portal da revista *Carta Capital* destinado a publicação de artigos e notícias a respeito da democratização da mídia e dos problemas e assuntos referentes à área¹⁹.

¹⁸ “O Grupo Abril é um dos maiores e mais influentes grupos de comunicação e educação da América Latina. Desde a sua fundação, como uma pequena editora, em 1950, busca tornar-se cada vez mais relevante para o Brasil e os brasileiros, atuando na difusão de informação, educação e cultura, e contribuindo para o desenvolvimento do país. Hoje, por meio de suas holdings e empresas controladas, está presente nas áreas de Mídia, Gráfica, Educação, Distribuição e Logística”. Fonte: <http://grupoabril.com.br/pt/quem-somos>. ÚLTIMO ACESSO EM 28/08/2014.

¹⁹ Blog no Coletivo Intervozes dentro do portal da revista *Carta Capital* (www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes). ÚLTIMO ACESSO EM 11/08/2014. O coletivo também tem seu site próprio: (<http://intervozes.org.br/>) ÚLTIMO ACESSO EM 28/08/2014.

Portanto, podemos dizer que partilham do mesmo local de enunciação perante as discussões da regulamentação da mídia, apresentando as mesmas posições ideológicas e posicionamentos.

Diferentes opiniões e sentidos engendram o signo “liberdade de expressão” e condicionam os que o proferem a lugares demarcados positiva ou negativamente, numa escala de avaliações que se movimenta historicamente, conforme se organiza o rumor público. Diferentes posições ideológicas que se constroem conforme o lugar de enunciação. Ao analisar as relações entre o material linguístico e os meios em que circula, constatamos o status de fórmula discursiva do sintagma “liberdade de expressão” e detectamos que há duas formações discursivas que o enunciam de maneira antagônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, detectamos que o sintagma “liberdade de expressão” é uma fórmula discursiva nos termos propostos por Krieg-Planque, pois apresenta as quatro propriedades necessárias para receber tal enquadramento. A tomada de posições perante à unidade linguística e sua circulação nos dispositivos midiáticos constituem uma polêmica fundada em interpretações e significações complexas, que envolve as formas de circulação dos dispositivos comunicacionais que as registram.

Atualmente, o sintagma “liberdade de expressão” ocupa uma grande dimensão midiática e a forma como é enunciado explicita “relações de poder e opinião” (KRIEG-PLANQUE, 2009, p.8). As relações entre o material linguístico e os meios em que circula revelam questões políticas e sociais condensadas no interior do sintagma, nas discussões sobre o Marco Regulatório da Comunicação, e nos fazem detectar a presença de uma interincompreensão regrada que constitui os discursos que o enunciam.

O conceito de formação discursiva foi fundamental para compreendermos a formação ideológica das revistas e das organizações, as quais fazem circular aquilo que pertence ao seu universo discursivo. Porém, o conceito de fórmula discursiva não está condicionado unicamente a esse processo, pois o sujeito coloca a fórmula em uso e consequentemente em circulação, assumindo a mesma posição discursiva do veículo midiático ou refutando-a, o que faz com que a fórmula supere as barreiras das formações discursivas.

Um acontecimento discursivo como o Marco Regulatório da Comunicação tem grande influência na cristalização de uma fórmula, como é o caso de “liberdade de expressão”. Portanto, para que uma sequência linguística ganhe força e tenha condições de irrupção e longevidade no espaço público é importante que ela pertença a um acontecimento discursivo.

A própria mídia pode ser uma das criadoras das fórmulas discursivas, já que é responsável por sua promoção, amplificação e circulação. Por esse motivo, ela tem o poder de colocar o real na linguagem, focalizando certos temas e fazendo-os circular em grande escala como vem acontecendo com os debates em torno do Marco Regulatório das Comunicação no Brasil.

Krieg-Planque (2009, 2010) afirma, porém, que a mídia não é a única criadora das fórmulas, muitas vezes – e mesmo, segundo a autor, mais frequentemente – elas podem nascer na periferia midiática e após o seu uso numa dada conjuntura passa a ser incorporada como ponto central dos veículos midiáticos, que, nesse caso, terão o papel de lançá-las, não de criá-las, de “irrigar discursos”.

Concluímos esta pesquisa entendendo que a mídia firma o seu papel de formadora de opiniões, capaz de influenciar os rumos da sociedade e afetar diretamente a vida das pessoas, do país e até mesmo a História.

Percebemos que o discurso midiático é uma fonte inesgotável de dados para estudo, já que nele estão presentes questões sócio-históricas, culturais, políticas que têm relação direta com as mudanças sociais e comportamentais dos cidadãos.

SOBRE O DESEMPENHO ACADÊMICO E OUTRAS ATIVIDADES

No primeiro semestre de 2014, além das atividades realizadas para o desenvolvimento do presente projeto, foram cursadas as disciplinas obrigatórias para o 7º semestre da graduação de Bacharelado em Linguística, da Universidade Federal de São Carlos:

- (062790 A) - Estágio Curricular 1;
- (062839 A) - TCC 1 - Trabalho de Conclusão de Curso 1;
- (062812 A) - Laboratório 7 - Ênfase II: Meios e Materiais Instrucionais.

Como será possível observar no Histórico Curricular encaminhado à FAPESP, todas as disciplinas obrigatórias foram devidamente cursadas com bom aproveitamento. Além das disciplinas foi realizado o estágio curricular obrigatório, no qual foi possível acompanhar diariamente os desafios da comunicação no âmbito empresarial. As atividades desenvolvidas no estágio permitiram a observação dos artifícios linguísticos utilizados em diversos gêneros textuais (textos jornalísticos; relatórios; roteiros; apresentações; falas públicas, etc.), a constatação da importância da atividade de revisão e edição de textos visando usos adequados da língua e das linguagens utilizadas na comunicação empresarial, entre outras. A realização do estágio contribuiu com o desenvolvimento desta pesquisa pois foi possível observar diariamente a dinâmica da comunicação de massa na era digital.

Também está sendo desenvolvido em conjunto um artigo para publicação em revista científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Donizete. “**Uma análise do funcionamento dos mecanismos de busca na rede mundial de computadores**” 2007, p. 91. *Dissertação* (mestrado em ciências em história das ciências e das técnicas e epistemologia) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

COSTA, Julia Lourenço. **Questões político-ideológicas presentes na constituição da fórmula “desenvolvimento sustentável”**, 2010. Disponível em: http://centrodepesquisafesta.files.wordpress.com/2012/05/cnpq_ic.pdf Último acesso em: 15 de janeiro se 2014

KRIEG-PLANQUE, Alice. **A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico.** Trad. Luciana Salazar Salgado, Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial. (Lingua[gem];39), 2010.

_____. (2000). “**Emergence et emplois de la formule “purification ethnique” dans la presse française” (1980-1994).** *Une analyse de discours, thèse de doctorat em sciences du langage soutenue le 9 novembre 2000 à l’Université de Paris 12*, Paris Nord, 3 vol.

_____. **Por uma análise discursiva da comunicação: “a comunicação como antecipação de práticas de retomadas e transformação dos enunciados”**, in **Linguasagem** – revista eletrônica de divulgação científica, 16ª. Edição, 2011 DL-UFSCar, São Carlos – disponível em: <HTTP://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao16/index.php>.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos.** Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

POSSENTI, Sírio. **Sobre a leitura: o que diz a Análise do Discurso?** In: MARINHO, Marildes (org). *Ler e navegar: Espaços e percursos da leitura*. Campinas: Mercado de Letras-ALB,2001.

SALGADO, Luciana Salazar; ANTAS JÚNIOR, Ricardo Mendes. “**Criação num mundo sem fronteiras: paratopia no período técnico-científico informacional**” In: Acta Scientarum: language and culture. Maringá, v. 33, n.2, p. 259-270, 2011.

SALGADO, Luciana Salazar. **Escrita e leitura, elementos da autoria.** In: RIBEIRO, Ana Eliza (orgs.). *Leitura e escrita em movimento*. São Paulo: Peirópolis, 2010, p. 296.

SALGADO, Luciana Salazar. “**Em rede, em busca**”. In: BRUNELLI, Anna Flora; MUSSALIN, Fernanda; FONSECA-SILVA, Maria da Conceição (orgs.). *Língua, Texto, Sujeito e (Inter)Discurso*. São Carlos, SP, 2013, p. 206-225.

PASSETI, Maria Célia Cortez; SILVEIRA, Juliana da. “**Discurso político-eletrônico: circulação e mutações dos enunciados políticos na internet**”. In: POSSENTI, Sírio; PASSETI, Maria Célia (orgs.). *Estudos do Texto e do Discurso: Política e Mídia*

SILVA, Helena Maria Boschi. “**A constituição da fórmula discursiva ‘cultura da paz’: circulação e produção dos sentidos.**” In: 2ª JIED – Jornada Internacional de Estudos do Discurso/ 1º EIID- Jornada Internacional de Estudos do Discurso e 1º EIID – Encontro Internacional da Imagem e Discurso, 2012.

_____. “**A constituição da fórmula ‘cultura de paz’: circulação e produção dos sentidos**”. Relatório partilhado no âmbito do Grupo de Pesquisa Comunica – reflexões linguísticas sobre comunicação, 2011. (mimeo).

WU, Tim. **Impérios da comunicação:** do telefone à internet, da AT&T ao Google. Trad. Claudio Carina. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

ANEXO I – EXCERTOS DO CORPUS DE ANÁLISE

VEJA

PT defende em resolução censura à imprensa, e Rui Falcão convida jornalistas a apoiar proposta. Exagero? Então leiam!

Agora é para valer. O Diretório Nacional do PT divulgou uma [resolução](#) nesta sexta em que defende um “novo marco regulatório das comunicações”, que vem a ser o outro nome do “controle da mídia”, mera perifrase para se referir à censura. Eles são petistas e não desistem nunca.

O governo Lula tentou, mais de uma vez, criar mecanismos para censurar a imprensa. Deu com os burros n’água. Dilma Rousseff, até outro dia, dava sinais de que não entraria nessa. Nunca se sabe. Também até outro dia, ela reconhecia em FHC o arquiteto do Real e coisa e tal. Há duas semanas, vem escutando o tucano. Lula decidiu antecipar o calendário eleitoral e impôs à presidente uma agenda. Emparedada por más notícias e pelo pibinho, ela não teve como fugir. De todo modo, é pouco provável que ceda a esse aspecto da agenda em particular. Mas os petistas já encontraram uma saída. E Rui Falcão, presidente do PT, deixou claro que espera contar com a colaboração dos jornalistas em seu projeto de censura. Ele quer ver os coleguinhas botando a corda no pescoço para que um de seus estafetas possa puxá-la quando necessário.

Figura 1-Publicado no portal da revista Veja em 02 03 2013

O FNDC propõe inclusão, na estrutura das empresas de Rádio e TV, de mecanismos que estimulem e permitam o controle público sobre a programação, como conselhos com participação da sociedade, conselhos editoriais e serviços de ouvidoria.

A exemplo do que acontece na Venezuela chavista, rádios e TVs seriam comandados por “conselhos” populares, entenderam? Uma miríade de ONGs e movimentos sociais — tudo franja do petismo — decidiria a pauta do Jornal Nacional. O PT também não abre mão da possibilidade de punir jornalistas rebeldes. Mais uma proposta:

O FNDC propõe a criação de mecanismos de controle público, tais como conselhos de comunicação municipais e estaduais, agências reguladoras, ombudsman e Conselho Federal dos Jornalistas.

As emissoras ficariam sujeitas a essa borrasca de conselheiros, e os jornalistas, individualmente, seriam monitorados pelo Conselho Federal de Jornalismo — proposta já repudiada pela sociedade. O PT já arrumou um laranja para apresentar o texto. O órgão teria competência, imaginem só, para cassar a licença de jornalistas.

Publicidade

O fórum também está preocupado com as criancinhas, é certo!. No que diz respeito à publicidade, prega:

Quanto à influência da publicidade nas relações de consumo e na construção

Figura 2- Publicado no portal da revista Veja em 02 03 2013

Publicidade

O fórum também está preocupado com as crianças, é certo! No que diz respeito à publicidade, prega:

Quanto à influência da publicidade nas relações de consumo e na construção

www.eja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/pt-defende-em-resolucao-censura-a-imprensa-e-rui-falcão-convida-jornalistas-a-a

5/06/13 PT defende em resolução censura à imprensa, e Rui Falcão convida jornalistas a a
de subjetividade, em especial no período da infância, o FNDC defende:

- A necessidade de resgatar a plenitude do desenvolvimento da criança em virtude do assédio do mercado, fortalecendo os valores da infância, priorizando o ato de brincar e não o objeto, o brinquedo anunciado.
- Que as reais necessidades da criança sejam contempladas quanto à preservação da saúde, inclusive quando são evidentes os apelos publicitários para o consumo de alimentos inadequados e prejudiciais como gorduras trans e outros, camuflados em elaboradas mensagens publicitárias.

Eu sempre fico fascinado com o verbo “resgatar”. Dá a ideia de que vivíamos no Éden antes de essa porcaria de capitalismo vir dar nas nossas terras. Digam-me cá: jogar pão, como joguei (e sou bom nisso até hoje, como constatei outro dia; sei fazer o bicho “dormir” na feira...). Alguns leitores, a esta altura, hão de perguntar: “Do que fala esse Reinaldo?”, é superior a brincar no iPad? Por quê? Uma criança, não sendo “assediada pelo mercado”, será assediada por quem? Por pedagogos do partido? Trata-se de uma linguagem rançosa, boçal, velha, que expressa uma concepção de educação que é prima pobre da doutrinação, que já é uma lástima. Mas entendo essas almas: depois de submeter os meios de comunicação à censura dos “conselhos populares”, o PT quer golpear também a sua receita publicitária. Quanto mais dependentes eles forem da Petrobras, do Banco do Brasil, da CEF e do próprio governo federal, melhor!

Figura 3 - Publicado no portal da revista Veja em 02/03/2013

Mas por quê?

O PT chegou ao poder com a “mídia” que está aí — ou quase. Digo “quase” porque, na média, o jornalismo brasileiro já foi mais crítico, menos sabujo, mais independente, menos atrelado à pauta do partido do poder, mais corajoso, menos pusilâmine diante daqueles que se querem “os donos do povo”. Quando na oposição, o partido jamais falou em controlar a imprensa. Ela lhe era útil, e o partido foi uma fonte inesgotável de dossiês e denúncias contra seus adversários. Algumas chegaram a ser estupidamente veiculadas pela imprensa, sem qualquer comprovação, tal era a intimidade do partido com jornalistas.

Hoje, essa imprensa, com importantes exceções honrosas, está muito mais rendida ao poder. Mesmo assim, isso parece pouco ao PT. O partido está em seu terceiro mandato no governo federal; tem chances imensas de conquistar o quarto mandato. Desde que as eleições diretas foram reinstituídas no país, é a agremiação mais bem-sucedida: venceu três das seis disputas... Tudo o mais constante, em 2015, serão quatro de sete.

Cumpre, então, perguntar: que diabo de mal a imprensa livre faz ao PT? Em que prejudica os seus anseios? Ao contrário: até Lula reconhece ser ele próprio produto da liberdade de imprensa. Por que a sanha autoritária, a volúpia da censura? A resposta é óbvia: o partido quer o poder absoluto. Isso não significa que pretenda, sei lá, pôr a oposição na clandestinidade. Ele só quer torná-la irrelevante, demonizando aqueles que não se submetem à sua vontade. Lembram-se daquele blogueiro lulista que chegou a sugerir que reportagens procurassem identificar os que consideravam o governo ruim ou péssimo? É fascismo na veia!

Notem, ademais, que o “controle da mídia” voltou a ser pauta urgente e inegociável para os petistas depois da condenação dos mensaleiros. Eles não querem uma imprensa que possa, enfim, vigiar os seus corruptos, os seus peculatários, os seus quadrilheiros.

Figura 4 - Publicado no portal da revista Veja em 02/03/2013

A mídia é acusada com frequência de exagerar nas denúncias e notícias ruins para ganhar leitores, ouvintes, telespectadores. E que, por isso, é preciso limites. Mas se o distinto público compra jornais e revistas que trazem “as más notícias”, ouve programas de rádio e assiste a programas de televisão a critérios que os reguladores defendem, limitar a mídia seria atentar contra a liberdade de escolha dos cidadãos. Eles ouvem, veem e leem o que querem.

É verdade que temos crianças e adolescentes diante da televisão – a TV é o grande alvo dos reguladores! – e é preciso protegê-los. Neste caso, quase certas personalidades defendendo a regulação da mídia, convém retirar os pequerruchos ou galalau da sala. Os defensores da regulação da mídia têm que assustam mais do que a Cuca, o Lobo Mau, o Lobisomem e outras personagens do imaginário popular.

Figura 5 - Publicado no portal da revista Veja em 06 09 2011

Paulo Bernardo admite: há militantes do PT que querem controlar também a imprensa escrita

Por Sérgio Roxo, no [Globo](#). Mais tarde volto ao assunto:

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, defendeu nesta terça-feira a regulação da mídia e disse que o projeto sobre o tema pode ser apresentado até o final do governo da presidente Dilma Rousseff no próximo ano. Admitiu também usar elementos da proposta que estava sendo formulada no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula Silva pelo ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social Franklin Martins. “(Vou) dizer o que sempre disse: sou favorável à regulação da mídia. Como qualquer outro segmento, tem que ser regulado. De acordo com o ministro, Dilma não se contrapôs à regulação. “Acredito que se tivermos um projeto ela vai avaliar.” Bernardo, que entrou em polêmica com militantes do PT por causa do assunto, afirmou que sempre defendeu a regulação, mas reconheceu que alguns petistas querem censurar os meios de comunicação.

“O que às vezes me faz contrapor com meus companheiros, alguns militantes que discutem esse tema, é que algumas pessoas veem a capa da revista e não gostam e querem que eu faça um marco regulatório. Isso não é possível porque a Constituição não prevê esse tipo de regulação para mídia escrita.”

O ministro acredita que deve haver uma lei que garanta o direito de resposta e citou como exemplo a lei recentemente implantada na Inglaterra. “Tem que ter uma lei regulando o direito de resposta. Se a pessoa se sente ferida na honra ou acha que uma determinada matéria contém inverdades, não foi correta, tem que ter um direito de resposta.”

Para rádio e televisão, o ministro se disse favorável às discussões sobre propriedade.

Figura 6 - Publicado no portal da revista Veja em 02 03 2013

O PT promove deliberada confusão entre os conceitos de marco regulatório e controle social das comunicações. O marco regulatório é um conjunto legal que disciplinam as atividades em áreas que dependem de concessão estatal, como a radiodifusão e a telecomunicação. O ‘controle social’ está implícita não apenas a regulação da propriedade e do funcionamento, digamos, técnico, dos instrumentos de comunicação, mas sobretudo os veiculados. É pacífica a necessidade da modernização do marco regulatório das comunicações no País, defasado em relação aos avanços tecnológicos das últimas décadas. Mas a questão dos conteúdos diz respeito à liberdade de expressão e ao direito à informação, fundamentos de uma sociedade democrática intocáveis. Mas é claro, e fica mais uma vez evidenciado pelas conclusões de seu 4º Congresso, que não é assim que pensa o PT.

Figura 7 - Publicado no portal da revista Veja em 02 09 2011

Controle dos meios de comunicação volta à pauta do PT

Após críticas de Dilma à ideia, o partido prepara seminário para ouvir a opinião da sociedade sobre o projeto de controlar os veículos de imprensa no país



Figura 8 - Publicado no portal da revista Veja em 07 10 2011

Eles só pensam naquilo... PT vai retomar debate sobre marco para mídia

Por Vera Rosa, no Estadão:

Dezessete dias depois de a presidente Dilma Rousseff dizer, em Nova York, que conta com a ‘positiva ação vigilante da imprensa brasileira, não submetida a qualquer constrangimento governamental’, a direção do PT anunciou que promoverá um seminário em novembro para tratar da democratização dos meios de comunicação. O partido nega que defende o controle da mídia, mas age para pressionar o governo a enviar ao Congresso o projeto de lei que trata do marco regulatório do setor.

Figura 9 - Publicado no portal da revista Veja em 07 10 2011

Círculo da imprensa

Outro dia um desses bobalhões que confundem alhos com bugalhos e joio com trigo enviou um comentário para este blog mais ou menos assim: “Pô, ultimamente, você critica tanto a imprensa que até parece Fulano de Tal...”. E citou um anão moral que anda a soldo por aí, a pedir o “controle da mídia”. Pois é. Dentre tantas outras, uma

abril.com.br/blog/reinaldo/geral/quando-um-pastor-defende-a-plena-liberdade-de-impre

6/13 Quando um pastor defende a plena liberdade de imprensa e o jornalismo flerta abertamente com o controle estatal, a diferença fundamental se destaca entre mim e aquela coisa triste que foi citada: ele quer uma imprensa controlada pelo estado; eu quero uma imprensa livre, que não se deixe controlar nem pelo estado nem por corporações, qualquer que seja a sua natureza: ofício, crença, ideologia, valores. Aquele bobo do oficialismo sonha em censurar o que os outros escrevem; eu apostei numa imprensa que não tem receio da censura — nem a das vozes eventualmente influentes e das maiorias de ocasião. Aquele cretino critica a imprensa porque a quer com ainda menos liberdade; eu a critico porque a quero mais livre. Aquele governista convicto, pouco importa o governo de turno, quer o jornalismo a serviço do poder; eu quero o jornalismo vigiando o poder.

Assim, sou crítico, sim, da imprensa, especialmente nestes tempos em que ela é tão cegamente liberticida; em que põe, voluntariamente, a cabeça no cutelo. A Constituição nos garante a liberdade, e o estado (não o governo!) a tem assegurado — ainda que não seja pequeno o risco de censura pela via judicial. Mas atenção! Só é verdadeiramente livre o que exerce a liberdade. Uma imprensa que ou se deixa assombrar pela patrulha ou a ela adere, em nome da legitimidade, atropelando as garantias fundamentais da Constituição, está SE DEGRADANDO.

Figura 10 - Publicado no portal da revista Veja em 09 04 2013

Se quisesse ‘democratizar a mídia’, o PT teria de começar o serviço pelo Maranhão

Divulgado no fim da quermesse dos companheiros sem remorso, promovida há uma semana em Brasília, o documento com as conclusões do encontro da companheirada resume o que deve ser feito com os meios de comunicação nesta sopa de letras reproduzida em itálico:

“O 4º Congresso Nacional do PT convoca o partido e a sociedade na luta pela democratização da comunicação no Brasil, enfatizando a importância de um novo marco regulatório para as comunicações no País, que, assegurando de modo intransigente a liberdade de expressão e de imprensa, enfrente questões como o controle de meios por monopólios, a propriedade cruzada, a inexistência de uma Lei de Imprensa, a dificuldade para o direito de resposta, a regulamentação dos artigos da Constituição que tratam do assunto, a importância de um setor público de comunicação e das rádios e televisões comunitárias. A democratização da mídia é parte essencial da luta democrática em nossa terra”.

Com um só parágrafo, os redatores do PT ergueram um monumento ao duplipensar, criado por George Orwell no livro *1984*. Censura é “democratização”, submissão ao governo é “marco regulatório”, controle estatal é “liberdade de expressão”, pensamento único é “luta democrática”. Até as velhas máquinas de escrever sabem que o sonho dos devotos de Lula é subjuguar a imprensa independente. O resto é conversa fada.

Figura 11 - Publicado no portal da revista Veja em 09 09 2011

O homem se animou com o clima e fez a mais contundente defesa da censura jamais feita por um petista. Sente que o campo está propício para a sua pregação. Se milícias podem tomar a Câmara de assalto, sob o aplauso unânime de jornais, TVs, sites e revistas, então é chegada a hora de voltar àquela velha agenda; então é chegada a hora de voltar a falar, e com ênfase, no controle da imprensa. E ele fez isso. Já chego lá. Alguns “progressistas” não gostam de Malafaia e de suas opiniões sobre o casamento gay — preferem ignorar a sua defesa da imprensa livre. Mas gostam do PT, cujo Diretório Nacional aprovou uma resolução defendendo abertamente controle de conteúdo da imprensa — nada menos! E de qualquer uma, não só da radiodifusão, que é uma concessão pública (sou contra esse também, só para deixar claro!).

Assim, alguns bananas disfarçados de jornalistas são fascinados por aquilo que, no limite, poderia cassar o seu registro profissional e mesmo mandá-los para a cadeia, mas hostilizam quem defende a plena liberdade de opinião. E hostilizam por quê? Ora, porque não gostam de sua opinião!!! Essa profissão já foi um pouco mais robusta intelectualmente, quando se assentava num número um pouco maior de livros e de textos de referência; quando os profissionais sabiam quem era Krupskaia e não tinham ideia de quem era Lady Gaga (a Lady Gaga da época, claro...).

Figura 12 - Publicado no portal da revista Veja em 10 04 2013

PERIGO PARA A LIBERDADE: Os estalinistas do PT voltam com toda carga querendo “regular” a mídia e reforçar a velha Telebrás. Será que também querem que devolvamos os 262,3 milhões de celulares que nós, brasileiros, temos, graças à privatização das “teles”?

Figura 13 - Publicado no portal da revista Veja em 12 03 2013

VALHA-NOS DEUS!

Um “marco regulatório” forjado num ventre de que faz parte... a CUT!

Alguém vê alguma chance de liberdade de imprensa numa coisa dessas?

Tem mais ainda. Os estalinistas do PT não desist

Figura 14 - Publicado no portal da revista Veja em 12 03 2013

Todas as tentativas de enquadramento da imprensa, ao longo da história - e não foram poucas-, resultaram numa mesma constatação: não é possível fazê-lo sem ferir o princípio básico da democracia, que é a liberdade de informação e expressão.

O único controle democrático sobre a mídia é o que está na lei, mais especificamente no Código Penal. Os crimes decorrentes de seu uso indevido são três: injúria, calúnia e difamação, já devidamente capitulados, e geram reparações que, no limite, podem levar o infrator a sair do mercado.

Liberdade, como é óbvio, não exclui responsabilidade penal para quem dela abusa. Mesmo assim, os que reclamam da imprensa o fazem como se não estivesse submetida a limites legais, o que tornaria indispensável providenciá-los. É esse, em síntese, o teor sofístico das sucessivas conferências de imprensa do PT.

A imprensa é um termômetro: mostra a febre, mas não a cura, nem a cura. Xingá-la, no entanto, tornou-se parte de um curioso processo de catarse, que só convence a quem dele carece.

Figura 15 - Publicado no portal da revista Veja em 12/11/2012

CARTA CAPITAL

A bandeira da liberdade de imprensa como farsa e engodo da grande mídia

A leitora Jennifer Leão estreia sua participação no site de CartaCapital escrevendo sobre mídia e liberdade de expressão

por Coluna do Leitor — publicado 01/09/2010 16:32, última modificação 01/09/2010 16:46

Por Jenifer Leão*

As associações, sindicatos patronais e veículos da grande mídia individualmente têm figurado no polo ativo de grandes questões pertinentes a um direito fundamental da sociedade brasileira, a liberdade de expressão. Dois episódios ilustram os mais recentes embates em torno do tema: a invalidação do diploma de jornalismo pelo STF e os projetos de governo que visam regulamentar a oferta de informação.

Todos são rebatidos sob o argumento de ofensa à liberdade de imprensa. Mas que liberdade é essa, afinal? A Constituição diz que a manifestação do pensamento, a expressão e a plena liberdade de informação jornalística não sofrerão qualquer censura, embargo ou restrição. Mas também diz claramente que os meios de comunicação não podem ser objeto de oligopólios. E vai além, estabelecendo os princípios norteadores da programação audiovisual: preferência a finalidades educativas, artísticas e informativas; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente; respeito aos valores éticos da pessoa e da família.

Agora, o que realmente conhecemos hoje como liberdade de imprensa e de expressão?

É a liberdade das elites econômicas do País de controlar e manipular consciências, de disseminar uma visão unipolar do mundo, de monopolizar o direito à expressão, de calar as vozes dissonantes capazes de desestabilizar o status quo. Julgando-se arautos e guardiões da liberdade de imprensa e expressão, elas investem contra toda e qualquer tentativa de discutir os limites da atuação do jornalismo e do entretenimento atual. Qualquer reflexão capaz de questionar o modo como a programação é afetada por decisões de marketing, metas de lucratividade e valores mercadológicos em contraposição a valores sociais – sempre em segundo plano –, causa verdadeiro terror aos magnatas da comunicação.

Figura 1 - Publicado no portal da revista Carta Capital em 01/09/2010

A liberdade – o eterno tema de combate do liberalismo clássico – está a centro da “batalha das idéias” que se trava no dia-a-dia, através da grande mídia, e se transformou em poderoso instrumento de campanha eleitoral. Às vezes, parece até mesmo que voltamos, no Brasil, aos superados tempos da “guerra fria”.

Figura 2 - Publicado no portal da revista Carta Capital em 03/08/2010

Foi o que bastou para Lula ser acusado de atentar à liberdade de expressão, como se críticas à imprensa não fosse um componente dessa mesma liberdade. Ainda que, eventualmente, tenha "exagerado" nas críticas, como reclamam vários jornalistas, o presidente não foi mais grosseiro do que boa parte dos colunistas e editorialistas. Lula poderia ter sido mais contido? Talvez. Mas qual deveria ser o comportamento de quem o achincalha diariamente sem nenhum compromisso com os fatos?

Com raras exceções, a mídia preferiu esconder-se atrás da bandeira da liberdade. A reação de Lula causou uma contrarreação imediata. Os jornais passaram a chamar o presidente de "autoritário" e voltaram a acusar o governo e o PT de querer "controlar a imprensa" e dar continuidade ao "desmanche da democracia", iniciado com sua eleição em 2002, como publicou o jornal O Estado de S. Paulo em editorial.

"Defensores da liberdade de expressão" assinaram manifesto em ato nas Arcadas do Largo de São Francisco, em São Paulo. Os "intelectuais", muitos filiados ao PSDB, chamaram Lula de fascista, caudilho, opressor e violador da Constituição, e compararam mais uma vez o presidente a Benito Mussolini, a ecoar o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. A mídia os definiu como representantes da sociedade civil, sem que suas filiações e simpatias partidárias fossem reveladas aos leitores. Ironicamente, um movimento contrário, contra a "mídia golpista", organizado por movimentos sociais simpáticos ao governo Lula foi definido por essa mesma imprensa imparcial como um grupo aparelhado pelo PT para solapar a opinião livre.

Apesar de todo o barulho, o cientista político Paulo Kramer, da Universidade de Brasília, diz ser uma injustiça com a UDN chamar a turma da São Francisco e a oposição como um todo de udenistas. "A UDN tinha pessoas cultas, geniais. Era um show, comparados com esses daí. Moralmente, intelectualmente, são pigmeus", diz Kramer. "O que existe no Brasil é que a oposição não faz o seu trabalho, de se opor ao governo pelo ponto de vista. Na única vitória que teve durante o governo Lula, a derrota da CPMF, tinha a chance de ganhar a população. Em vez disso, terceirizou o discurso de oposição para a mídia, cujo papel também deveria ser outro, o de apontar o que está errado e não o de fazer oposição."

Figura 3 - Publicado no portal da revista Carta Capital em 01 10 2010

O ministro das Comunicações, Hélio Costa, voltou a defender nesta segunda-feira (1º), em São Paulo, uma "nova e grande lei de comunicação" e rejeitou a possibilidade de discussão sobre controle social da mídia. Ele participou do 1º Fórum Democracia & Liberdade de Expressão, realizado em um hotel na região central da capital paulista.

O objetivo do evento é analisar a relação entre liberdade de expressão e democracia, e conta com a participação de jornalistas, intelectuais e políticos. O ministro era aguardado para o painel de abertura do evento, que discutiu os problemas de liberdade de imprensa na América Latina. Com o atraso por causa do mau tempo, Costa discursou apenas depois do primeiro painel.

Ele afirmou que há necessidade de criar novos marcos regulatórios no setor da comunicação. "Muitas metas foram cumpridas, mas há legislações que precisam de melhor regulamentação", defendeu. O ministro citou como exemplo o marco regulatório da Lei das Telecomunicações, que é de 1997. "Temos de trabalhar em torno de uma grande e nova lei de comunicação", disse.

Entretanto, Costa garantiu que, nessa nova lei, não haverá espaço para restrição da liberdade de imprensa. "O governo foi unânime (..), em hipótese alguma aceitaria uma discussão sobre o controle social da mídia. Isso não será permitido discutir, é um aspecto intocável. A construção de um país democrático se faz todo dia", afirmou.

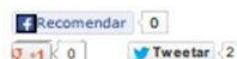
Figura 4 - Publicado no portal da revista Carta Capital em 02 03 2010

Midia

Lula avisa: vem aí o debate sobre mídia

Os ativistas da comunicação no Brasil devem se preparar para um importante debate que vai ganhar corpo a partir do ano que vem: a mudança na regulação dos meios de comunicação do País

por Altamiro Borges — publicado 02/12/2010 17:22, última modificação 02/12/2010 17:22



Os ativistas da comunicação no Brasil devem se preparar para um importante debate que vai ganhar corpo a partir do ano que vem: a mudança na regulação dos meios de comunicação do País. O alerta foi dado pelo presidente Lula nesta quinta-feira (2/12) no Palácio do Planalto, em Brasília (DF) em entrevista coletiva a oito rádios comunitárias. Segundo informou, o Ministério das Comunicações

In browser PRO version Are you a developer? Try out the [HTML to PDF API](#)

do governo Dilma Rousseff vai priorizar esse debate, com ampla participação da sociedade, porque a legislação brasileira é ultrapassada e não reflete o mundo altamente tecnológico e conectado à internet que temos hoje. A discussão está na mesa:

Figura 5 - Publicado no portal da revista Carta Capital em 02/12/2010

Lula expressou a vontade de se dedicar às discussões a respeito do marco regulatório das comunicações após o fim do mandato, já que, segundo disse, poderá ter um discurso que não podia ter na função de presidente da República. Ele disse que como militante político exercerá um papel centralizador dos debates da sociedade brasileira para politizar a questão do marco regulatório e "resolver a história das telecomunicações de uma vez". Para isso, "é preciso ter força política" e embasamento, para vencer "o monopólio" que existe atualmente nas comunicações.

Na opinião do presidente, é preciso mudar urgentemente o padrão da comunicação brasileira, que não reflete a pluralidade do País e não contribui para a difusão da diversidade cultural. Lula disse que não é mais possível que uma pessoa que mora na região Norte, por exemplo, só tenha acesso à programação de São Paulo e do Rio de Janeiro. Na opinião dele, "sem querer tirar nada de ninguém", é preciso que se dê a oportunidade para que moradores do Sudeste tenham acesso às informações de todo o País e para que todas as regiões estejam em contato com sua própria cultura.

"A democracia tem uma mão para ir e uma para voltar. Por isso é que nós trabalhamos a necessidade que você tenha uma programação regional para uma interação mais forte. Acho que poderemos avançar".

Durante a entrevista, que durou pouco mais de uma hora, o presidente falou sobre o preconceito que existe na política brasileira que o vitimou "a vida inteira" e que o assustou durante a campanha presidencial. Lula ressaltou, entretanto, que acredita que prevalecerá o bom senso e que está certo de que Dilma Rousseff fará mais e melhor, porque encontrou um País muito mais desenvolvido e com a economia em amplo crescimento.

Figura 6 - Figura 5 - Publicado no portal da revista Carta Capital em 02/12/2010

A liberdade – o eterno tema de combate do liberalismo clássico – está a centro da “batalha das idéias” que se trava no dia-a-dia, através da grande mídia, e se transformou em poderoso instrumento de campanha eleitoral. Às vezes, parece até mesmo que voltamos, no Brasil, aos superados tempos da “guerra fria”.

Figura 7 - Publicado no portal da revista Carta Capital em 03 08 2010

Fantemas à solta

A crescente oferta de notícias e opinião desmente a tese de que a liberdade de imprensa corre riscos

Figura 8 - Publicado no portal da revista Carta Capital em 03 08 2010

CartaCapital

Sociedade

Comunicação

Liberdade de expressão: o "efeito silenciador" da grande mídia

Interdição do debate sobre a democratização das comunicações pelos grupos dominantes funciona como censura disfarçada

por Venício de Lima — publicado 03/08/2010 19:52, última modificação 04/08/2010 12:33

A interdição do debate verdadeiramente público de questões relativas à democratização das comunicações pelos grupos dominantes de mídia funciona como uma censura disfarçada. Este é o “efeito silenciador” que o discurso da grande mídia provoca exatamente em relação à liberdade de expressão que ela simula defender.

Figura 9 - Publicado no portal da revista Carta Capital em 04 08 2010

Política

Congresso do PT 2

PT defende regulação da mídia

O domínio midiático de grupos econômicos tolhe a democracia e tenta impor uma ‘versão única’ para o Brasil, diz o texto apresentado

por Soraya Aggege — publicado 03/09/2011 00:18, última modificação 03/09/2011 19:10



O 4º Congresso Nacional do PT, que acontece neste final de semana, em Brasília, pretende aprovar uma proposta pontual para a regulação da mídia brasileira. O ponto principal do documento é a proibição da propriedade cruzada de meios de comunicação.

O domínio midiático de alguns grupos econômicos

Leia também

O jornalismo murdochiano

O tom de um e dos outros

Dilma ataca ‘mitos’ da imprensa

José Dirceu x Veja

browser PRO version Are you a developer? Try out the [HTML to PDF API](#)

tolhe a democracia e tenta impor uma ‘versão única’ para o Brasil, diz o texto. A ideia agora é que a regulação seja encaminhada pelas bancadas do partido no Congresso Nacional, sem que o Palácio do Planalto sofra mais desgastes com o plano.



Figura 10 - Publicado no portal da revista Carta Capital em 03 09 2011

73. Para o PT e para os movimentos sociais, a democratização dos meios de comunicação é tema relevante e um objetivo comum com os esforços de elaboração do governo Lula e os resultados da I Conferência Nacional de Comunicação, que evidenciou os grandes embates entre agentes políticos, econômicos e sociais de grande peso na sociedade brasileira. É urgente abrir o debate no Congresso Nacional sobre o marco regulador da comunicação social – ordenamento jurídico que amplie as possibilidades de livre expressão de pensamento e assegure o amplo acesso da população a todos os meios – sobretudo os mais modernos como a internet. Daí o nosso repúdio ao projeto de lei 84/99 que se originou e tramita no Senado Federal, o AI-5 digital, pois pretende reprimir a livre expressão na blogosfera.

74. Para nós, é questão de princípio repudiar, repelir e barrar qualquer tentativa de censura ou restrição à liberdade de imprensa. Mas o jornalismo marrom de certos veículos, que às vezes chega a práticas ilegais, deve ser responsabilizado toda vez que falsear os fatos ou distorcer as informações para caluniar, injuriar ou difamar. A inexistência de uma Lei de Imprensa, a não regulamentação dos artigos da Constituição que tratam da propriedade cruzada.

de meios, o desrespeito aos direitos humanos presente na mídia, o domínio midiático por alguns poucos grupos econômicos tolhem a democracia, silenciam vozes, marginalizam multidões, enfim criam um clima de imposição de uma única versão para o Brasil. E a crescente partidarização, a parcialidade, a afronta aos fatos como sustentação do noticiário preocupam a todos os que lutam por meios de comunicação que sejam efetivamente democráticos. Por tudo isso, o PT luta por um marco regulatório capaz de democratizar a mídia no País.

Figura 11 - Publicado no portal da revista Carta Capital em 03 09 2011

Acreditar acriticamente, entretanto, que a "imprensa livre" é fundamental para a sobrevivência das democracias pode nos levar a "fechar os olhos" para outro lado, não menos importante: "a liberdade de expressão".

Entendo que "liberdade de expressão" significa não apenas o **não cerceamento** de qualquer forma de expressão de ideias, mas também e principalmente a garantia de existência de meios através dos quais estas ideias possam ser expressas, de modo a poderem ser acessadas por qualquer cidadão.

Figura 12 - Publicado no portal da revista Carta Capital em 03 09 2011

Mídia

Que o governo Dilma não se acovarde diante da mídia

Fábio Konder Comparato é autor de três ações diretas de constitucionalidade por omissão contra o Congresso, que não regulamentou os artigos da Constituição de 88 que tratam da comunicação

por Vermelho — publicado 10/01/2011 18:03, última modificação 10/01/2011 18:04

Figura 13 - Publicado no portal da revista Carta Capital em 10 01 2011

Artigo

Por que a mídia teme o debate?

É sempre a mesma coisa: basta colocarem em discussão a regulamentação dos meios de comunicação para que entidades do setor reajam em bando. Por Ricardo Kotscho

por [Ricardo Kotscho](#) — publicado 10/11/2010 09:51, última modificação 10/11/2010 10:26

[!\[\]\(02cb6976ee4bac4319977202a1fc3390_img.jpg\) Aanbevelen 0](#)
[!\[\]\(54e074551e85c8977dca5f86c8c342a5_img.jpg\) +1 0](#) [!\[\]\(c54a880eddb3e38985f48e398cbbf45b_img.jpg\) Tweetar 109](#)

"A proposta é recebida com receio pelo setor, que teme o corteamento do conteúdo jornalístico", escreveram na Folha as repórteres Elvira Lobato e Andreza Matais, sobre o seminário promovido pelo governo federal, que começa nesta terça-feira, em Brasília, com o objetivo de discutir uma nova regulamentação para os meios de comunicação eletrônica. Os outros jornais também mostraram o

in browser PRO version Are you a developer? Try out the [HTML to PDF API](#)

mesmo receio.

Afinal, o que tanto temem os barões da mídia? É sempre a mesma coisa: basta qualquer setor da sociedade civil ou representantes dos três poderes colocarem em discussão a regulamentação dos meios de comunicação social no país para que as entidades representativas do setor reajam em bando, assustadas, como se um exército de censores estivesse de pronto para acabar com a liberdade de imprensa no país.

Figura 14 - Publicado no portal da revista Carta Capital em 10/11/2010

Comunicação

Regulação não ameaça liberdade de imprensa, diz Franklin

Ministro falou sobre o assunto no debate em audiência com representantes do governo e de entidades do setor privado

por [Agência Brasil](#) — publicado 16/12/2010 17:21, última modificação 16/12/2010 18:56

[!\[\]\(1fb515885bfd453dac40ef1411345129_img.jpg\) Recomendar 0](#)
[!\[\]\(4e6152e4ca03519e3f6a0e003bef50e8_img.jpg\) +1 0](#) [!\[\]\(bba7e5f33961cde8da49984d0d54eaf1_img.jpg\) Tweetar 3](#)

Por Marcos Chagas Agência Brasil

O ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Franklin Martins, defendeu hoje (16) que o debate sobre o marco regulatório das telecomunicações e comunicações eletrônicas seja feito sem açoitamento e pactuado com os representantes do setor, sempre com foco nos

interesses do cidadão. Para ele, é necessário também que cada segmento ponha de lado "fantasmas" que carregam, como o receio de que o marco regulatório apresente qualquer medida que ameace a liberdade de imprensa ou a de expressão.

in browser PRO version Are you a developer? Try out the [HTML to PDF API](#)

Figura 15 - Publicado no portal da revista Carta Capital em 16/12/2010

PARA EXPRESSAR A LIBERDADE

JAN 10 A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DE OLIGOPÓLIOS

Elaboração de um marco regulatório para os meios de comunicação não avança no Executivo. Entidades consideram a Lei de Meios da Argentina um exemplo a ser seguido pelo governo brasileiro.

O debate sobre a necessidade de democratização da comunicação no Brasil tem sido feito há muito tempo. Movimentos sociais, parlamentares e organizações da sociedade civil defendem a criação de um marco regulatório para o mercado midiático brasileiro, para que se amplie o acesso de diferentes vozes aos meios de comunicação em massa.

No final do segundo mandato do expresidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2009, a esperança pela criação da lei para o setor foi fortalecida com a realização da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). No encontro, foram levantadas mais de 600 propostas para a democratização da comunicação brasileira, que tratavam desde o fim do monopólio no setor até o fomento à produção independente nacional. Um estudo para a elaboração da nova legislação chegou a ser encenado por Lula para o então ministro das Comunicações, Franklin Martins. No entanto, a discussão não avançou no Executivo.

Como forma de pressionar o governo federal para a elaboração do marco regulatório, diversas entidades lançaram em agosto deste ano a campanha "Para expressar a liberdade, uma nova lei para um novo tempo". A campanha, encabeçada pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), alerta para a urgência em se ter uma nova lei de regulação da mídia. O atual Código Brasileiro das Telecomunicações (CBT), única legislação do setor, completou 50 anos em 2012 e, segundo as organizações sociais, "é de outro tempo, de outro Brasil". O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, chegou a anunciar que uma proposta seria apresentada em consulta pública ainda neste ano, o que não ocorreu até o momento.

Figura 1 - Publicado no portal Para Expressar a Liberdade em 10 01 2013

Democratização

Nesse sentido, Rosane Bertotti, coordenadora-geral do FNDC, afirma que a Lei de Meios é um exemplo para os países que ainda não possuem uma regulação específica para o setor, como o Brasil. "Ela é fruto de um processo de debate e construção política pública feitos com o povo argentino", descreve.

A mesma opinião é compartilhada por Pedro Eckman, do Coletivo Intervozes. Segundo ele, a lei tornou-se uma referência internacional, pois "diminui a concentração de meios e aumenta a pluralidade e diversidade de pontos de vista, atores e falas, o que reforça a questão da liberdade de expressão".

No caso do Brasil, Eckman conta que a concentração midiática por alguns grupos específicos impede a consolidação da democracia no país, já que por meio de seus veículos influenciam a opinião de grande parte da população. "A democracia, em seu sentido mais amplo, não vai se consolidar no Brasil enquanto a gente não conseguir democratizar a comunicação, porque ela é parte constituinte da cultura da sociedade", afirma.

Por isso, de acordo com a deputada federal Luciana Santos (PCdoB), o debate pela regulação das concessões públicas de frequências audiovisuais no país é estratégico e deve ser ampliado. "É importante enfatizar o papel da comunicação enquanto direito básico de qualquer cidadão, que repercute diretamente no seu modo de agir, de pensar e de se relacionar culturalmente", analisa.

O relator da ONU, durante sua passagem pelo país, ouviu diversos relatos de violação da liberdade de expressão e de dificuldades de setores da sociedade brasileira de terem acesso aos meios de difusão de informação. Ele disse esperar um convite oficial para que possa retornar ao Brasil para investigar os casos e produzir um informe com recomendações ao governo brasileiro.

Por Michelle Amaral, para o [Brasil de Fato](#).

Tweetar | G+1 | Like 31

Figura 2 - Publicado no portal Para Expressar a Liberdade em 10 01 2013

JUN 11 CONTROLE SOCIAL NÃO É CENSURA

A questão do controle social da mídia, levantada como uma das demandas da 1ª. Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) tem provocado polêmica e deturpação de seu significado.

Logo após a conferência, a grande mídia, que se retirou na última hora dela, fez um seminário, patrocinado pelo Instituto Milenium e, desde então, rebatiza o controle social de "censura", pretendendo a ele se contrapor por defendê-lo "a liberdade de expressão", por vezes apresentada como "direito humano à liberdade de expressão comercial"



Figura 3 - Publicado no portal Para Expressar a Liberdade em 11 06 2013

DEZ
13

A URGÊNCIA DA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO É TEMA DE ATIVIDADES EM BRASÍLIA



Franklin Martins e entidades debateram o cenário político do setor nesta quinta (12) em encontro de inclusão digital. A Lei da Mídia Democrática foi apresentada no FMDH.

A criação de um novo marco regulatório para as Comunicações foi apontada nesta quinta (12), em Brasília, como necessidade urgente para o avanço da democracia e a defesa dos direitos humanos no país. Em eventos distintos, na 12ª Oficina para Inclusão Digital e Participação Social (OID) e no Fórum Mundial dos Direitos Humanos (FMDH), militantes pelo direito à comunicação apresentaram o projeto de Lei da Mídia Democrática como instrumento para a efetiva regulação do setor no Brasil, além de debaterem a Internet e a convergência digital, entre outros temas

Figura 4 - Publicado no portal Para Expressar a Liberdade em 13/12/2013

MAR
14

A BATALHA ESTRATÉGICA DA COMUNICAÇÃO

O debate sobre a urgência de um novo marco regulatório para as comunicações tem sido interditado pela mídia e negligenciado pelo governo. Porém, esta é uma pauta estratégica para a democracia e para o avanço de um novo projeto nacional de desenvolvimento. Desta compreensão nasceu a campanha Para Expressar a Liberdade, que em 2013 lançará, como instrumento de luta política, um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para regular a comunicação.

A carência de visão estratégica sobre o papel central que os meios de comunicação ocupam no embate entre projetos políticos antagônicos em disputa no Brasil é a principal razão para a total paralisação do governo diante da mídia. A ilusão de que é possível promover mudanças econômicas e sociais sem enfrentar a guerra ideológica é de uma inocência cruel.

Os conglomerados midiáticos transnacionais e nacionais atuam em uníssono para perpetuar o modo de produção capitalista. O aparato ideológico que os mass media representa vai muito além do poder isolado que cada grupo econômico exerce na conjuntura política, ele tem caráter estratégico para a acumulação do capital.

Não é possível colocar em andamento um novo projeto nacional de desenvolvimento, que efetivamente produza mudanças significativas na estrutura política, econômica e social do país, sem enfrentar a batalha ideológica que é desenvolvida pela mídia.

Paises da América Latina que estão construindo suas experiências de mudança – Argentina, Uruguai, Equador, Bolívia, Venezuela – compreenderam esse desafio e colocaram entre as prioridades de suas agendas políticas propostas para criar um novo marco regulatório para as comunicações.

Figura 5 - Publicado no portal Para Expressar a Liberdade em 14/03/2013

As reformas da comunicação empreendidas por estes países têm um núcleo comum: combater o monopólio e a propriedade cruzada das empresas de comunicação, regular a atuação dos diferentes agentes econômicos – empresas de telecomunicações, radiodifusores, produtoras de conteúdo, jornais, revistas –, estimular o surgimento e crescimento de um campo público de comunicação para promover diversidade e pluralidade, e tornar a ocupação dos espaços mais democráticos e transparentes.

As legislações construídas são de viés republicano e, apesar de não alterarem o núcleo central de poder que a mídia possui, elas abrem espaços para um melhor enfrentamento da guerra ideológica e política que está em curso. Isso porque se conformam novos campos e se criam espaços de combate à visão uniforme da mídia hegemônica.

E, como afirmou recentemente o professor Dênis de Moraes, o Brasil está na vanguarda do atraso neste front. A letargia do Estado em abrir publicamente uma discussão sobre um novo marco regulatório para as comunicações poderá custar ao povo um preço demasiadamente caro: interromper o projeto político que se iniciou há 10 anos, quando o país elegeu Lula presidente.

Vazio regulatório

No Brasil, assim como na América Latina, o sistema de mídia se instalou, desde o início, como sistema privado. A radiodifusão aberta seguiu o modelo comercial de concessão em um ambiente de vazio regulatório, que permitiu aos grupos econômicos que exploraram essas concessões o fazerem sem a observância de qualquer critério econômico, social ou cultural.

Ao longo dos anos, a desorganização legal das comunicações só se aprofundou, principalmente com o surgimento de novas tecnologias. O Código Brasileiro de Telecomunicações data de 1962 e está totalmente defasado politica e tecnologicamente.

Figura 6 - Publicado no portal Para Expressar a Liberdade em 14/03/2013

JUL
14

A MÍDIA NO BRASIL E A GRANDE BATALHA PELA DEMOCRACIA

Figura 7 - Publicado no portal Para Expressar a Liberdade em 14 07 2013

AGO
19

70% DOS BRASILEIROS QUEREM REGULAÇÃO DA MÍDIA

Figura 8 - Publicado no portal Para Expressar a Liberdade em 19 08 2013

A CAMPANHA FAQ MULTIMÍDIA PARTICIPE PROJETO DE LEI NOTÍCIAS

JUL
23

A SOCIEDADE ACORDOU PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO

O Brasil viveu nas últimas semanas, um clima que há muito tempo não vivia. Chegou-se em determinados momentos, a compará-lo com o clima das Diretas, já!

Figura 9 - Publicado no portal Para Expressar a Liberdade em 23 07 2013

Princípios e objetivos

O novo marco regulatório deve garantir o direito à comunicação e a liberdade de expressão de todos os cidadãos e cidadãs, de forma que as diferentes ideias, opiniões e pontos de vista, e os diferentes grupos sociais, culturais, étnico-raciais e políticos possam se manifestar em igualdade de condições no espaço público midiático. Nesse sentido, ele deve reconhecer e afirmar o caráter público de toda a comunicação social e basear todos os processos regulatórios no interesse público.

Para isso, o Estado brasileiro deve adotar medidas de regulação democrática sobre a estrutura do sistema de comunicações, a propriedade dos meios e os conteúdos veiculados, de forma a:

- assegurar a pluralidade de ideias e opiniões nos meios de comunicação;
- promover e fomentar a cultura nacional em sua diversidade e pluralidade;
- garantir a estrita observação dos princípios constitucionais da igualdade; prevalência dos direitos humanos; livre manifestação do pensamento e expressão da atividade intelectual, artística e de comunicação, sendo proibida a censura prévia, estatal (inclusive judicial) ou privada; inviolabilidade da intimidade, privacidade, honra e imagem das pessoas; e laicidade do Estado;
- promover a diversidade regional, étnico-racial, de gênero, classe social, etária e de orientação sexual nos meios de comunicação;
- garantir a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal de comunicação;
- proteger as crianças e adolescentes de toda forma de exploração, discriminação, negligéncia e violência e da sexualização precoce;
- garantir a universalização dos serviços essenciais de comunicação;
- promover a transparéncia e o amplo acesso às informações públicas;
- proteger a privacidade das comunicações nos serviços de telecomunicações e na internet;
- garantir a acessibilidade plena aos meios de comunicação, com especial atenção às pessoas com deficiência;
- promover a participação popular na tomada de decisões acerca do sistema de comunicações brasileiro, no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo;
- promover instrumentos eletrônicos de democracia participativa nas decisões do poder público.

O marco regulatório deve abordar as questões centrais que estruturam o sistema de comunicações e promover sua adequação ao cenário de digitalização e convergência midiática, contemplando a reorganização dos serviços de comunicação a partir da definição de deveres e direitos de cada prestador de serviço. Sua estrutura deve responder a diretrizes que estejam fundadas nos princípios constitucionais relativos ao tema e garantam caráter democrático para o setor das comunicações.

Figura 10 - Publicado no portal Para Expressar a Liberdade em 24 08 2012

1. Arquitetura institucional democrática

A organização do sistema nacional de comunicações deve contar com: um Conselho Nacional de Comunicação, com composição representativa dos poderes públicos e dos diferentes setores da sociedade civil (que devem ser majoritários em sua composição e apontados por seus pares), como papel de estabelecer diretrizes normativas para as políticas públicas e regulação do setor; órgão(s) regulador(es) que contemple(m) as áreas de conteúdo e de distribuição e infraestrutura, subordinados ao Conselho Nacional de Comunicação, com poder de estabelecimento de normas infralegais, regulação, fiscalização e sanção; e o Ministério das Comunicações como instituição responsável pela formulação e implementação das políticas públicas. Estados e municípios poderão constituir Conselhos locais, que terão caráter auxiliar em relação ao Conselho Nacional de Comunicação, com atribuições de discutir, acompanhar e opinar sobre temas específicos, devendo seguir regras únicas em relação à composição e forma de escolha de seus membros. Esses Conselhos nos estados e municípios podem também assumir funções deliberativas em relação às questões de âmbito local. Deve também ser garantida a realização periódica da Conferência Nacional de Comunicação, precedida de etapas estaduais e locais, com o objetivo de definir diretrizes para o sistema de comunicação. Este sistema deve promover intercâmbio com os órgãos afins do Congresso Nacional – comissões temáticas, frentes parlamentares e o Conselho de Comunicação Social (órgão auxiliar ao Congresso Nacional previsto na Constituição Federal).

2. Participação social

A participação social deve ser garantida em todas as instâncias e processos de formulação, implementação e avaliação de políticas de comunicação, sendo assegurada a representação ampla em instâncias de consulta dos órgãos reguladores ou com papéis afins e a realização de audiências e consultas públicas para a tomada de decisões. Devem ser estabelecidos outros canais efetivos e acessíveis (em termos de tempo, custo e condições de acesso), com ampla utilização de mecanismos interativos via internet. Em consonância com o artigo 220 da Constituição Federal, a sociedade deve ter meios legais para se defender de programação que contrarie os princípios constitucionais, seja por meio de defensorias públicas ou de ouvidorias, procuradorias ou promotorias especiais criadas para este fim.

3. Separação de infraestrutura e conteúdo

A operação da infraestrutura necessária ao transporte do sinal, qualquer que seja o meio, plataforma ou tecnologia, deve ser independente das atividades de programação do conteúdo audiovisual eletrônico, com licenças diferenciadas e serviços tratados de forma separada. Isso contribui para um tratamento isonômico e não discriminatório dos diferentes conteúdos, fomenta a diversificação da oferta, e assim amplia as opções do usuário. As atividades que forem de comunicação social deverão estar submetidas aos mesmos princípios, independentemente da plataforma, considerando as especificidades de cada uma dessas plataformas na aplicação desses princípios.

Figura 11 - Publicado no portal Para Expressar a Liberdade em 24 08 2012

4. Garantia de redes abertas e neutras

A infraestrutura de redes deve estar sujeita a regras de desagregação e interconexão, com imposição de obrigações proporcionais à capacidade técnica e financeira de cada agente econômico. Os operadores de redes, inclusive os que deem suporte à comunicação social audiovisual eletrônica, devem tratar os dados de forma neutra e isonômica em relação aos distintos serviços, aos programadores e a outros usuários, sem nenhum tipo de modificação ou interferência discriminatória no conteúdo ou na velocidade de transmissão, garantindo a neutralidade de rede. O uso da infraestrutura deve ser racionalizado por meio de um operador nacional do sistema digital, que funcionará como um ente de gerenciamento e arbitragem das demandas e obrigações dos diferentes prestadores de serviço, e deverá garantir o caráter público das redes operadas pelos agentes privados e públicos, sejam elas fixas ou sem fio. Além disso, deve ser garantido aos cidadãos o direito de conexão e roteamento entre seu equipamento e qualquer outro, de forma a facilitar as redes cooperativas e permitir a redistribuição de informações.

5. Universalização dos serviços essenciais

Os serviços de comunicação considerados essenciais, relacionados à concretização dos direitos dos cidadãos, devem ser tratados como serviços públicos, sendo prestados em regime público. No atual cenário, devem ser entendidos como essenciais a radiodifusão, os serviços de voz e especialmente a infraestrutura de rede em alta velocidade (banda larga). Enquadrados dessa forma, eles estarão sujeitos a obrigações de universalização, chegando a todos os cidadãos independentemente de localização geográfica ou condição socioeconómica e deverão atender a obrigações tanto de infraestrutura quanto de conteúdo, tais como: prestação sem interrupção (continuidade), tarifas acessíveis (no caso dos serviços pagos), neutralidade de rede, pluralidade e diversidade de conteúdo, e retorno à União, após o fim do contrato de concessão, dos bens essenciais à prestação do serviço. Devem ser consideradas obrigações proporcionais à capacidade técnica e financeira de cada agente econômico, de forma a estimular os pequenos provedores. Esse é o melhor formato, por exemplo, para garantir banda larga barata, de qualidade e para todos.

6. Adoção de padrões abertos e interoperáveis e apoio à tecnologia nacional

Os serviços e tecnologias das redes e terminais de comunicações devem estar baseados em padrões abertos e interoperáveis, a fim de garantir o uso democrático das tecnologias e favorecer a inovação. Padrões abertos são aqueles que têm especificação pública, permitem novos desenvolvimentos sem favorecimento ou discriminação dos agentes desenvolvedores e não cobram royalties para implementação ou uso. Interoperáveis são aqueles que permitem a comunicação entre sistemas de forma transparente, sem criar restrições que condicionem o uso de conteúdos produzidos à adoção de padrão específico. Essas definições devem estar aliadas a política de apoio à tecnologia nacional por meio de pesquisa e desenvolvimento, fomento, indução e compra de componentes, produtos e aplicativos sustentados nesse tipo de tecnologia.

Figura 12 - Publicado no portal Para Expressar a Liberdade em 24 08 2012

7. Regulamentação da complementariedade dos sistemas e fortalecimento do sistema público de comunicação

Nas outorgas para programação, o novo marco regulatório deve garantir a complementariedade dos sistemas público, privado e estatal de comunicação, regulamentando o artigo 223 da Constituição Federal. Por sistema público, devem ser entendidas as programadoras de caráter público ou associativo, geridas de maneira participativa, a partir da possibilidade de acesso dos cidadãos a suas estruturas dirigentes e submetidas a regras democráticas de gestão. O sistema privado deve abranger os meios de propriedade de entidades privadas em que a natureza institucional e o formato de gestão sejam restritos, sejam estas entidades de finalidade lucrativa ou não. O sistema estatal deve compreender todos os serviços e meios controlados por instituições públicas vinculadas aos poderes do Estado nas três esferas da Federação. Para cada um dos sistemas, devem ser estabelecidos direitos e deveres no tocante à gestão, participação social, financiamento e à programação. A cada um deles também serão asseguradas cotas nas infraestruturas de redes dedicadas ao transporte de sinal dos serviços de comunicação social audiovisual eletrônica, de forma a atingir a complementariedade prevista na Constituição Federal.

Deve estar previsto especialmente o fortalecimento do sistema público, com reserva de ao menos 33% dos canais para esta categoria em todos os serviços, políticas de fomento - em especial pelo incremento da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública e criação de fundos públicos

com critérios transparentes e gestão democrática - e o fortalecimento da rede pública, em articulação com todas as emissoras do campo público e com suas entidades associativas, com a constituição de um operador de rede que servirá também de modelo para a futura evolução de toda a comunicação social eletrônica brasileira. Deve ainda ser reforçado o caráter público da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), por meio da ampliação de sua abrangência no território nacional, democratização de sua gestão, garantia de participação popular nos seus processos decisórios, ampliação das fontes fixas de financiamento e da autonomia política e editorial em relação ao governo. A produção colaborativa e em redes no âmbito de emissoras públicas e estatais deve ser promovida por meio de parcerias com entidades e grupos da sociedade civil.

8. Fortalecimento das rádios e TVs comunitárias

A nova legislação deve garantir a estruturação de um sistema comunitário de comunicação, de forma a reconhecer efetivamente e fortalecer os meios comunitários, entendidos como rádios e TVs de finalidade sociocultural geridos pela própria comunidade, sem fins lucrativos, abrangendo comunidades territoriais, etnolinguísticas, tradicionais, culturais ou de interesse. Por ter um papel fundamental na democratização do setor, eles devem estar disponíveis por sinais abertos para toda a população. Os meios comunitários devem ser priorizados nas políticas públicas de comunicação, pondo fim às restrições arbitrárias de sua cobertura, potência e número de estações, por localidade, garantido o respeito a planos de outorgas e distribuição de frequências que levem em conta as necessidades e possibilidades das emissoras de cada localidade. Devem ser garantidas condições de sustentabilidade suficientes para uma produção de conteúdo independente e autônoma, por meio de anúncios, publicidade institucional e de financiamento por fundos públicos. A lei deve prever mecanismos efetivos para impedir o aparelhamento dos meios comunitários por grupos políticos ou religiosos. É também fundamental o fim da criminalização das rádios comunitárias, garantindo a anistia aos milhares de comunicadores perseguidos e condenados pelo exercício da liberdade de expressão e do direito à comunicação.

Figura 13 - Publicado no portal Para Expressar a Liberdade em 24 08 2012

AGO
28

VENÍCIO LIMA: “REGULAÇÃO DA MÍDIA NÃO TEM NADA A VER COM CENSURA”

Um dos maiores especialistas brasileiros em políticas de comunicação analisa a forte monopolização do setor em nosso país. Para Venício Lima, a situação atual é um empecilho para a consolidação da democracia e um impedimento para que várias opiniões possam se manifestar no debate público. Venicio Lima aponta a saída: uma nova legislação que regulamente os artigos da Constituição referentes ao tema.

Atualmente, Venício Artur de Lima é colunista dos sites Observatório da Imprensa e Carta Maior. Nesta entrevista, Venício traça um panorama das políticas de comunicação e defende a importância de um novo marco regulatório para o setor. O objetivo, segundo ele, é garantir a universalização da liberdade de expressão. Em suas palavras, o conceito foi apropriado pelos conglomerados de mídia, exatamente para impedir sua plena realização.

Um dos maiores especialistas brasileiros em políticas de comunicação analisa a forte monopolização do setor em nosso país. Segundo ele, a situação é um empecilho para a consolidação da democracia e um impedimento para que várias opiniões possam se manifestar no debate público. Venicio Lima aponta a saída: uma nova legislação que regulamente os artigos da Constituição referentes ao tema, levando-se em conta os avanços tecnológicos existentes desde então. E observa: "Isso não tem nada a ver com censura".

Alguns setores da sociedade defendem a necessidade de uma nova regulação do setor de comunicações em nosso país. Mas a proposta é atacada sob o argumento de que isso significaria um controle social da mídia, com risco de resultar em censura. Qual sua opinião a respeito?

Figura 14 - Publicado no portal Para Expressar a Liberdade em 24 08 2012

FAQ

1- O que é liberdade de expressão?

A liberdade de expressão é consagrada na Declaração Universal de Direitos Humanos garantindo a todas as pessoas o direito de procurar, receber e difundir informações e ideias por qualquer meio de comunicação e independentemente de fronteiras, além do direito de poder ter opiniões sem sofrer qualquer interferência.

Figura 15 - Publicado no portal Para Expressar a Liberdade em 2013

INSTITUTO MILLENIUM

No Brasil – uma democracia que se distancia das práticas de outros países como a Argentina, mas está próxima politicamente de todos esses governos autoritários da região -, há tentativas de controle da liberdade de imprensa por ações propostas por setores petistas, até o momento rejeitadas pelo governo Dilma Rousseff.

Figura 1 - Publicado no portal do Instituto Millenium em 01 03 2012

Costa rejeita 'controle social' da mídia em fórum sobre liberdade de imprensa

Figura 2 - Publicado no portal do Instituto Millenium em 02 03 2010

Liberdade de escolha

- Autor: Paulo Uebel
- em [Artigos, Liberdades Individuais](#)
- 02/03/2010
- [3 comentários](#)

Muitas pessoas confundem liberdade de expressão com garantia de divulgação. Ou seja, entendem que, para que exista, de fato, liberdade de expressão, suas ideias, preferências e credos devem ser propagados por todos os meios, inclusive os que são de propriedade privada. Se não forem largamente difundidos, na opinião dessas pessoas, haverá censura e, portanto, não estaremos respeitando a liberdade de expressão que deve vigorar em países democráticos.

Ocorre que esse entendimento não é viável nem desejável. Dois conceitos devem ser esclarecidos. Em primeiro lugar, a liberdade de expressão não garante que todas ideias, todas as preferências e todos os credos estejam presentes em todos os jornais, rádios, emissoras de televisão, livros e músicas.

Cada proprietário de veículo de comunicação, de editora ou de gravadora deve ter liberdade para escolher os conteúdos que estejam mais bem alinhados com os seus propósitos, desde que, evidentemente, sejam respeitadas as leis locais.

Em segundo lugar, ocorre censura quando o Estado, para impedir ou controlar a liberdade de expressão, criminaliza certas ações, impõe certas restrições ou inicia perseguições contra pessoas, associações ou empresas que estejam

<http://www.imil.org.br/artigos/liberdade-de-escolha/>

1/4

15/04/2014

Liberdade de escolha | Instituto Millenium

criticando o governo.

É evidente que não ocorre censura quando um editor não publica um artigo ou não faz uma matéria porque, na opinião dele, o conteúdo não está adequado à linha editorial do jornal. Se o entendimento de que tudo deve ser publicado e de que todos os pontos de vista devem ser incluídos prevalecesse, não estaríamos diante de um ambiente com liberdade de expressão, mas de um ambiente com obrigação de expressão, o que é completamente diferente.

Figura 3 - Publicado no portal do Instituto Millenium em 02 03 2010

No processo de redemocratização do país o jornalismo brasileiro teve, e ainda tem, um papel fundamental. Noticiando, denunciando , apurando , confrontando, enfim, cumprindo com o seu dever junto à opinião pública. Mesmo porque o bom jornalismo sabe que o único compromisso que a imprensa tem é com a verdade dos fatos. Verdade esta que, nem

www.imil.org.br/artigos/abre-as-asas-sobre-nos/

1/1

24/12/13

Abre as asas sobre nós! | Instituto Millenium

sempre se consegue alcançar, mesmo porque, como tudo na vida, a imprensa não é infalível.

Mas a luta continua. E essa incansável luta pela verdade dos fatos se materializa no compromisso com o leitor, o telespectador, o ouvinte.

A imprensa também tem um papel fundamental enquanto plataforma de divulgação de novas ideias e diferentes formas de opinião, ou seja, é o grande palco onde o controverso, o contraditório, são expostos ao exame do cidadão. E isso faz parte dos fundamentos da democracia.

Por isso, na minha modesta opinião, a liberdade de imprensa não se celebra. A liberdade, a de imprensa inclusive, se conquista e se preserva. É luta de todo dia e luta que vale a pena.

Figura 4 - Publicado no portal do Instituto Millenium em 03 05 2012

Abre as asas sobre nós!

- Autor: [Marcelo Madureira](#)
- em [Artigos, Destaque](#)
- 03/05/2012
- [3 comentários.](#)

Dia 3 de maio é o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa. Para mim, a liberdade é um valor indivisível, amplo, geral e irrestrito. Não existe a meia liberdade. Liberdade se tem ou não se tem. Logo a liberdade de imprensa é um sinal, um sintoma, de uma sociedade democraticamente sadia. Ou não.

A luta pela liberdade é permanente, mesmo porque, dos valores sociais que conheço, a liberdade de manifestação e expressão é, disparado, aquela que ao longo da História mais vive ameaçada. Na história recente do Brasil a nossa imprensa se caracterizou pela luta contra a censura. Desde os grandes jornais como o "Jornal do Brasil", com as suas "previsões do tempo", e "O Estado de São Paulo", com os trechos de "Os lusiadas" de Camões, até a então chamada "imprensa nânica", iniciativas heróicas como "Opinião", "Movimento", "Ex", "O Pasquim" e tantos outros órgãos de resistência à ditadura.

Figura 5 - Publicado no portal do Instituto Millenium em 03 05 2012

“Não é o governo que vai mudar o país. Somos nós.”

- Autor: [Comunicação Millenium](#)
- em [Destaque, TV Millenium, Veja, Videocast](#)
- 05/05/2014
- [0 comentários.](#)

Fábio Barbosa, presidente do Grupo Abril, defende a democracia e a liberdade de expressão. “Não há como ter democracia se não tivermos uma imprensa livre”, disse ele durante o seminário “Comunicação e Mercado no Brasil: Desafios e Oportunidades”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) em parceria com o Instituto Palavra Aberta. Barbosa também fala sobre a importância da livre iniciativa para a democracia e destaca o papel da responsabilidade individual na construção de um país melhor. Para ele, a população precisa exercer a sua cidadania com a mesma convicção que passou a reivindicar seus direitos como consumidora. “A gente delega muito para o Estado. Não é o governo que vai mudar o país. Somos nós”, afirmou. Assista

Figura 6 - Publicado no portal do Instituto Millenium em 05 05 2014

PT pune a liberdade de expressão

Autor: Carlos Alberto Di Franco em Artigos, Liberdades Individuais 05/10/2009 0 comentários.

Figura 7 - Publicado no portal do Instituto Millenium em 05 10 2009

A deturpação é escandalosa, porém denota que ainda é preciso insistir e avançar no debate, até porque constantemente renovam-se as tentativas de controle da imprensa.

A cultura da plena liberdade de expressão permanece muito mal compreendida e exercitada entre nós

Atualmente, com a proliferação de blogs e redes sociais, todos podem expor sua opinião e escrever sobre os mais variados assuntos, porém reclama-se de tudo: da notícia dada, da notícia não dada, da preferência de determinada revista por uma linha política e econômica ou por outra, como se a liberdade de imprensa não trouxesse implícita também a liberdade de escolha entre o que publicar e o que não publicar, deixando ao público leitor e consumidor a escolha soberana para comprar o produto e formar sua convicção.

jos/deturpacao-escandalosa/

1/3

Deturpação Escandalosa | Instituto Millenium

O Brasil possui uma imprensa livre, ainda que concentrada em poucos grupos (que competem entre eles, ressalte-se), com centenas de meios independentes e milhares de blogs e informativos na internet, todos tentando atrair e agradar a milhões de leitores e espectadores, que por sua vez exercem seu direito de escolha diariamente. A alternativa "democrática" não pode ser a substituição desse sistema por alguns burocratas encastelados em um órgão estatal, indicados pelos de sempre, com poderes "regulatórios".

A cultura da plena liberdade de expressão – tão consolidada nos EUA e em outras democracias avançadas – permanece muito mal compreendida e exercitada entre nós. Na verdade, sua defesa não pressupõe a defesa dos interesses de jornalistas, editores ou donos de grupos de comunicação. Ela pressupõe, antes de mais nada, a defesa da independência intelectual de cada cidadão. A liberdade, em última análise, não é da imprensa, mas sim da expressão jornalística, que por sua vez sempre flui como um canal de livre manifestação da própria sociedade.

Figura 8 - Publicado no portal do Instituto Millenium em 07 05 2012

Esquerdopatas esperneiam ao ouvir falar em liberdade de expressão e democracia – "Midia Independente" – 03/03/10

- Autor: [Instituto Millenium](#)
- em [Clipping, Divulgação](#)
- 08/03/2010
- [0 comentários.](#)

Ao contrário do que as mentirosas viúvas da ditadura stalinista latem e babam, o encontro foi transmitido DE GRAÇA ao vivo pela internet, aberto à participação de TODAS as pessoas.

Muito boa a iniciativa do Instituto Millenium de promover o 1 Fórum Democracia e Liberdade de Expressão.

Figura 9 - Publicado no portal do Instituto Millenium em 08 03 2010

Incansável luta contra a Liberdade de Expressão

Autor: Paulo Uebel em Blog 13/08/2009 0 comentários.

Na América Latina, existe uma incansável luta contra a liberdade de expressão. Recentemente, o Presidente Rafael Correa, do Equador, declarou que o governo deve propor formas de controlar "os excessos da imprensa". No Brasil, a batalha contra a liberdade de imprensa é diária. Se não bastasse a censura sofrida pelo ESTADÃO e as inúmeras manifestações de diversos organismos internacionais condenando o referido ato, agora, o Governo Federal quer instituir o "controle social". Como todos os mecanismos criados pelos governos, esse "controle social" é o nome dado para ao controle governamental que seria exercido por meio de ONG's, ou melhor, OG's, organizações que deveriam ser não-governamentais, mas que, na prática, não passam de braços do governo. A sociedade civil deve ficar alerta. O verdadeiro "controle social" é exercício diariamente por leitores, ouvintes e telespectadores, que escolhem os veículos que querem consultar.

Figura 10 - Publicado no portal do Instituto Millenium em 13 08 2009

Não há igualdade sem liberdade

Autor: Roberto Rachewsky em Artigos, Liberdades Individuais 16/04/2013 1 comentário.

Nos últimos dias, por ocasião dos eventos que ocorreram em Porto Alegre, o Fórum da Liberdade e o Fórum da Igualdade, discute-se qual dos dois princípios, liberdade ou igualdade, deve ser apontado como predominante e superior.

Essa discussão ganhou relevância ao ter sido dirigida para o âmbito da liberdade de expressão na comunicação social, consequentemente na exposição de ideias e de vontades em geral.

Muito se tem dito, mas pouco se tem refletido a respeito.

Essa discussão é totalmente falaciosa, uma vez que ao analisarmos a realidade presente, com a racionalidade e a lógica necessária, bem como a ética requerida, veremos que liberdade e igualdade são absolutamente indissociáveis nesse caso.

Por isso, posso afirmar que o desejado controle da mídia e da exposição de ideias e vontades, não fere apenas o princípio da liberdade de expressão. Fere também, o princípio da igualdade, tão caro aos governantes atuais.

Figura 11 - Publicado no portal do Instituto Millenium em 16 04 2013

“Liberdade X regulação”

O segundo painel do dia teve o tema “Liberdade X regulação”. “Ainda depois do movimento de redemocratização do país, do banimento da censura em 1988, essa discussão ainda é revelante?”, indagou o procurador do Estado Gustavo Binebojm presente na mesa. “Diante do fato de que a cultura oficialista do Brasil, que acredita mais no julgamento do Estado do que no indivíduo, o tema subsiste. E vemos formas redivivas de censura à liberdade de imprensa e econômica, de escolha e existencial”, afirmou o advogado.

A presidente-executiva do Palavra Aberta, instituto de defesa da liberdade de expressão e livre iniciativa, Patrícia Blanco, também participou do debate e criticou os excessos de regulação, que restringem o mercado formal e desestimulam a economia brasileira: “Nós vemos uma onda regulatória crescente que vem asfixiando o setor produtivo e fazendo com que mercados legais percam para o mercado ilegal e de baixa qualidade. O excesso regulatório causa maiores danos, ao mercado, ao consumidor e à economia.”, disse.

Figura 12 - Publicado no portal do Instituto Millenium em 17 03 2011

“Veja” relembra frases sobre censura da mídia e liberdade de expressão

- Autor: [Instituto Millenium](#)
- em [Blog](#), [Destaque](#), [Liberdade](#)
- 22/11/2010
- [0 comentários](#).

A regulação da mídia é projeto do atual governo, através do ministro de Comunicação da Presidência, Franklin Martins, e um dos principais desafios e “perigos” do mandato de Dilma Rousseff. A revista “Veja” selecionou frases de políticos e personalidades sobre censura, a importância da liberdade de imprensa – e os riscos de cerceá-la.

Figura 13 - Publicado no portal do Instituto Millenium em 22 11 2010

Liberdade e regulação

- Autor: [Denis Rosenfield](#)
- em [Artigos](#)
- 26/03/2012
- 1 comentário.

O debate sobre a regulação dos meios de comunicação torna-se cada vez mais necessário, tendo em vista que o Brasil convive com uma situação de fato dissociada da legislação vigente do setor. Para se ter uma ideia da defasagem basta constatar que leis atuais, que datam dos anos 70 do século passado, foram feitas para um mundo que desconhecia computador, internet e todas as novas mídias que depois se desenvolveram. As empresas de comunicação acompanham essa evolução, criando novas realidades não contempladas na lei ou exigindo a sua modificação por um evidente descompasso do legal em relação ao real. Renovar é preciso.

No governo anterior, porém, esse debate foi indevidamente identificado com uma regulação de conteúdo, com interferência direta na liberdade de imprensa. Seu projeto era, nesse sentido, intervencionista, tendo o apoio de setores partidários e de movimentos sociais que clamavam – e clamam – por um “controle social da mídia” ou por uma “democratização dos meios de comunicação”. Assim colocada, a questão terminou sendo confundida com um tipo de censura, tendo como mote controlar a livre-iniciativa e a liberdade do setor. O viés ideológico contra certos grupos econômicos foi muito manifesto, produzindo, de parte deles, uma legítima reação contra qualquer tipo de regulação.

Figura 14 - Publicado no portal do Instituto Millenium em 26 03 2012

“A multiplicidade de vozes é fundamental”

Autor: Comunicação Millenium em Blog, Destaque, Veja 27/05/2013 1 comentário.

A equipe do Instituto Millenium, bem como todos os seus conselheiros, mantenedores e curadores, lamenta profundamente a morte de Roberto Civita. Seus conselhos farão enorme falta nas ações promovidas por nós com a única missão de fortalecer a democracia, o Estado de Direito, a economia de mercado e a liberdade.

Figura 15 - Publicado no portal do Instituto Millenium em 27 05 2013

ANEXO II – Participação em Grupo de Pesquisa

 **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil** 

**Grupo de Pesquisa
Comunica**



Identificação **Recursos Humanos** **Linha de Pesquisa** **Indicadores do Grupo**

Identificação

Dados básicos

Nome do grupo: Comunica

Status do grupo: **certificado pela instituição**

Ano de formação: 2012

Data da última atualização: 01/12/2013 21:39

Líder(es) do grupo: Luciana Belizier Salgado - 

Luiz André Neves de Brito - 

Área predominantemente: Linguística, Letras e Artes; Lingüística

Instituição: Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

Órgão: Centro de Educação e Ciências Humanas

Unidade: Departamento de Letras

Endereço

Logradouro: Via Washington Luis, Km. 235

CEP: 13565905

Bairro: Monjolinho

UF: SP

Cidade: São Carlos

Fax:

Telefone: 33066511

Home page: grupodeestudoscomunica.blogspot.com.br

Repercussões dos trabalhos do grupo

Comunica: <http://grupodeestudoscomunica.blogspot.com.br>; Fórum permanente de debates sobre seus trabalhos e sobre abordagens teóricas e metodológicas de objetos discursivos típicos do que, com Milton Santos (1994), podemos chamar de "período técnico-científico informacional", para uma definição mais precisa das discursividades características do período que vivemos. Tratamos sobretudo de questões relativas aos meios e materiais de produção e difusão dos materiais linguísticos com funções comunicacionais, isto é, dos "fluxos de texto" na organização social. Dessa modo, o grupo de linguistas se reúne entorno de materiais que pautam reflexões sobre a comunicação no mundo contemporâneo. Não necessariamente textos da área de comunicação, não exatamente teorias de um campo específico. A amplitude desse território parece pertinente na medida em que, estribado nas questões fundamentais da Linguística, permite tratar fenômenos de língua e linguagem na sua relação com elementos extralingüísticos, investigando práticas novas, retomando conhecimentos fundadores, abordando problemáticas que se põem como cruciais não só aos pesquisadores e profissionais da Linguagem, como a qualquer cidadão que assuma sua condição de participante na construção social e política das comunidades em que vive, isto é, sua condição imediata de interlocutor. Iniciação Científica concluída: MOTTA, Maria Renata Casenato. "Paratopia criadora e ritos genéticos: uma abordagem discursiva da crítica à obra literária de Chico Buarque de Hollanda." São Carlos: UFSCar/ProPq, 2012. Mestrado Concluído CARRONI, Renata de Oliveira. O político em São Carlos: um estudo das imagens de si no discurso dos candidatos a prefeito das eleições 2008. São Carlos: UFSCar/PPGL/Capes/CNPq.

Recursos Humanos

Pesquisadores

[Luciana Belizier Salgado](#)

[Luiz André Neves de Brito](#)

Total: 3

Estudantes

Total: 9

[Monica Franco Pessaez](#)

Amanda Aparecida Cheregati
Helena Maria Boechat da Silva
Jacqueline Roberta Ribeiro
Kelly Cristina Pereira Neomunene
Letícia Moreira Claves

Técnicos:

Lígia Mara Bohn Menosoli de Araújo
Lenara Cobbi Jemesi
Luciana Rugoni Souza
Thayara Patricia Galvão

Total: 0

Linhas de pesquisa

Total: 1

- [Estudos, inovações e conhecimento](#)

Relações com o setor produtivo

Total: 0

Indicadores de recursos humanos do grupo

	Integrantes do grupo	Total
Pesquisador(es)		3
Estudante(s)		0
Técnico(s)		0

[Fachar](#)

Anexo III-Certificado ALED



São Carlos, 31 de Maio de 2014.

Roberto Leiser Baronas
Prof. Dr. Roberto Leiser Baronas

Coordenador Geral do V Colóquio da ALED Brasil



Anexo IV – Certificado GEL



C E R T I F I C A D O

Certificamos que JAQUELINE ROBERTA RIBAS participou do 62º Seminário do GEL, realizado no Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, em Campinas, estado de São Paulo, de 30 de Junho a 03 de Julho de 2014, com apresentação do trabalho abaixo discriminado, em Painel.

Autor(es): JAQUELINE ROBERTA RIBAS

Título do trabalho: A circulação do sintagma "liberdade de expressão" nos debates sobre o Marco Regulatório da Comunicação no Brasil

Carga horária total do evento: 20 horas

Campinas, 03 de Julho de 2014.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Rosana do Carmo Novaes Pinto".

Rosana do Carmo Novaes Pinto

